

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

ANA PAULA DA SILVA ARAÚJO

**COALIZÃO POLÍTICO-RELIGIOSA: A RELAÇÃO ENTRE A DIREITA
BOLSONARISTA E AS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS NO BRASIL (2013-2022)**

**TERESINA -PI
2025**

ANA PAULA DA SILVA ARAÚJO

**COALIZÃO POLÍTICO-RELIGIOSA: A RELAÇÃO ENTRE A DIREITA
BOLSONARISTA E AS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS NO BRASIL (2013-2022)**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como
requisito para obtenção do título de Licenciatura em
História.

Aprovada em: 10/ 01/ 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Batista Vale Junior (Orientador)

Universidade Estadual do Piauí

Prof. Dra. Antônia Valtéria Melo Alvarenga

Universidade Estadual do Piauí

Prof. Dr. Maureni Vaz Verçosa de Melo

Universidade Estadual do Piauí

RESUMO

Essa pesquisa se trata de um Trabalho de Conclusão de Curso e busca analisar se ocorreu uma apropriação política das igrejas neopentecostais pela Direita Bolsonarista no Brasil entre 2013 e 2022. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica e análise de discursos. O primeiro capítulo explora o perfil da Direita Bolsonarista, suas características populistas e oligarcas, e as conexões com movimentos globais de extrema direita. O segundo capítulo examina o contexto histórico e social das manifestações de junho de 2013, destacando o papel delas na ascensão de uma nova direita brasileira. Por fim, o terceiro capítulo discute a instrumentalização política das igrejas neopentecostais, evidenciando como crenças como a Teologia da Prosperidade e Guerra Espiritual foram usadas para fortalecer a agenda conservadora bolsonarista. A análise incluiu discursos de Jair Bolsonaro entre 2013 e 2018, identificando sua aproximação estratégica com líderes religiosos e a mobilização de bases evangélicas. Os resultados indicam que a aliança entre bolsonarismo e o neopentecostalismo não apenas consolidou um discurso político-religioso, mas também impactou políticas públicas e debates sociais no Brasil. Conclui-se que essa coalizão teve implicações significativas na sociedade brasileira, especialmente na promoção de uma agenda conservadora e na polarização política.

Palavras-chave: Direita Bolsonarista; neopentecostalismo; política e religião; conservadorismo.

ABSTRACT

This research is a Final Course Project and aims to analyze whether there was a political appropriation of neopentecostal churches by the Bolsonarist Right in Brazil between 2013 and 2022. The study adopts a qualitative approach, combining bibliographic review and discourse analysis. The first chapter explores the profile of the Bolsonarist Right, its populist and oligarchic characteristics, and its connections with global far-right movements. The second chapter examines the historical and social context of the June 2013 demonstrations, highlighting their role in the rise of a new Brazilian right-wing. Finally, the third chapter discusses the political instrumentalization of neopentecostal churches, showing how beliefs such as Prosperity Theology and Spiritual Warfare were used to strengthen the Bolsonarist conservative agenda. The analysis included Jair Bolsonaro's speeches from 2013 to 2018, identifying his strategic alignment with religious leaders and the mobilization of evangelical bases. The results indicate that the alliance between Bolsonarism and neopentecostalism not only consolidated a political-religious discourse but also impacted public policies and social debates in Brazil. It is concluded that this coalition had significant implications for Brazilian society, especially in promoting a conservative agenda and political polarization.

Keywords: Bolsonarist Right; neopentecostalism; politics and religion; conservatism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. DIREITA BOLSONARISTA	8
2.1 CARÁTER POPULISTA.....	9
2.2 CARÁTER OLIGÁRQUICO.....	12
2.3 BASES IDEOLÓGICAS	14
2.4 BOLSONARISMO E SUAS INTERLOCUÇÕES COM O MUNDO OCIDENTAL	16
3. JUNHO DE 2013: CONTEXTO E IMPLICAÇÕES	19
3.1 PRÉ-JUNHO DE 2013: CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DO BRASIL	19
3.2 MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL) E AS JORNADAS DE JUNHO	25
3.3 PLURALIDADE DAS MANIFESTAÇÕES	29
3.4 ORGANIZAÇÃO DE UMA NOVA DIREITA.....	32
3.4.1 Características da Nova Direita.....	35
4. DIREITA BOLSONARISTA E AS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS: COALIZÃO	39
4.1 MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL BRASILEIRO, BASE DOGMÁTICA E SUAS INTERLOCUÇÕES COM A DIREITA BOLSONARISTA.....	39
4.1.1. Teologia da Prosperidade.....	41
4.1.2. Guerra Espiritual	43
4.1.3. Teologia do Domínio (TD)	44
4.2 BOLSONARISMO E A INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DO NEOPENTECOSTALISMO.....	47
4.2.1 Análises	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
6. REFERÊNCIAS:.....	57

1. INTRODUÇÃO

A ascensão da Direita Bolsonarista no Brasil está intrinsecamente ligada à complexa relação que se estabeleceu entre política e religião, em particular com as igrejas neopentecostais. Esse fenômeno político não pode ser entendido sem considerar o contexto social e político do país, que passou por intensas transformações durante esse período. A combinação da crise econômica, escândalos de corrupção e polarização política gerou um ambiente propício para a emergência de novos grupos políticos que se apresentavam como alternativas ao establishment político tradicional, propondo soluções que combinavam valores religiosos e conservadores.

As igrejas neopentecostais, por sua vez, que já tinham uma trajetória de envolvimento político, desempenharam um papel central nesse processo. Sob a liderança de Jair Bolsonaro essa relação foi se intensificando, resultando em um alinhamento que mesclou discursos de fé e defesa de valores tradicionais. A Direita Bolsonarista encontrou nas comunidades religiosas um público engajado e mobilizado para defesa de suas pautas. A utilização de plataformas religiosas para fins políticos não é novidade, mas a forma como isso ocorreu na campanha e, principalmente, durante o governo Bolsonaro, representa um capítulo singular na história política do Brasil.

A promoção de valores conservadores tornou-se um dos pilares dessa aliança, que se alinham aos interesses de uma base eleitoral formada majoritariamente por evangélicos. Pautas como segurança, moralidade e, principalmente a defesa da família tradicional foram utilizadas não apenas para mobilizar uma base eleitoral predominantemente evangélica, mas também para consolidar uma narrativa política que explorava a insegurança social e econômica da população. Dessa forma, o discurso político de Bolsonaro, reforçado por lideranças neopentecostais, encontrou ressonância em uma sociedade marcada pelo medo e pela busca de estabilidade moral.

Aliado a isso, a estratégia de Bolsonaro incluiu o apoio explícito dos principais líderes neopentecostais, que atuaram como mediadores entre o governo e a população. Essas lideranças não apenas influenciaram a base eleitoral, mas também legitimavam as ações do governo, e se tornaram figuras-chave na disseminação de ideias e valores alinhados à agenda bolsonarista. A habilidade de Bolsonaro, durante seu governo, em dialogar com esses líderes, foi fundamental para solidificar sua imagem como defensor de uma agenda conservadora.

A conexão entre a Direita Bolsonaroista e as igrejas neopentecostais também pode ser percebida em eventos políticos, como cultos e encontros que reuniram lideranças políticas e religiosas. Esses eventos acabaram mobilizando a base eleitoral e também criaram um senso de comunidade e pertencimento entre os apoiadores do governo. A ideia de um "povo de Deus" em luta contra as forças do "mal" se tornou uma narrativa poderosa, impulsionando e intensificando a popularidade de Bolsonaro.

Essa aliança não ficou limitada ao apoio político. Ela também se manifestou na formulação de políticas públicas que iam de encontro aos interesses desses grupos, como a defesa de uma educação alinhada aos valores religiosos e o combate à chamada "ideologia de gênero". Esses movimentos representam uma tentativa de moldar a sociedade brasileira de acordo com uma visão de mundo conservadora, ligada às crenças evangélicas, e principalmente da ala neopentecostal.

A aliança teve êxito em 2018, onde o voto evangélico se mostrou crucial para a vitória de Bolsonaro, e foi se intensificando durante o governo. As estratégias de campanha, que incluíam apelos diretos a esse segmento da população, demonstram a importância dessas igrejas como plataformas de mobilização política. O apoio maciço que Bolsonaro recebeu desse grupo reforçou a ideia de que a religião poderia ser um instrumento eficaz para a conquista de poder.

Por outro lado, a relação entre a Direita Bolsonaroista e as igrejas neopentecostais não foi isenta de tensões. As crenças e práticas dentro do próprio movimento neopentecostal, são diversas, e trouxe desafios, com algumas denominações adotando posturas mais críticas em relação ao governo. Isso revela a complexidade e a heterogeneidade do campo religioso brasileiro, que não pode ser reduzido a um único discurso ou linha de ação.

Nos últimos anos do período analisado, as consequências dessa aliança tornaram-se visíveis em diversas esferas da sociedade, com o aumento do conservadorismo nas pautas sociais, educacionais e culturais. A narrativa bolsonarista, fortemente apoiada pelas igrejas neopentecostais, conseguiu penetrar em espaços que antes eram considerados apartidários, como escolas e universidades, alterando discussões públicas em torno de direitos humanos e diversidade.

A conexão entre esses dois grupos ilustra um fenômeno complexo que reflete tanto a busca por poder quanto a luta por significados em uma sociedade em transformação. Compreender essa dinâmica é essencial para analisar não apenas o passado recente do Brasil, mas também suas perspectivas futuras.

Portanto, a questão que norteia este estudo é investigar se a Direita Bolsonaroista se apropriou das igrejas neopentecostais para sua ascensão política e institucional no Brasil, e quais foram os impactos sociais e culturais dessa aliança. Para responder a essa questão, adotou-se uma pesquisa de caráter qualitativo. O primeiro capítulo foi elaborado a partir de uma revisão de literatura e buscou explorar o perfil da direita bolsonarista e suas interlocuções com o avanço das direitas no mundo ocidental. O segundo capítulo também foi construído a partir de uma revisão de literatura, e teve como objetivo analisar o contexto histórico, político e social que oportunizou a ascensão bolsonarista. Para tal, exploramos as manifestações de junho de 2013 - momento considerado como a gênese da nova direita -, compreendendo o cenário político e social do Brasil, bem como destacando os principais desafios, tensões e movimentos que contribuíram para o surgimento de uma nova direita, que mais tarde deu espaço para o Bolsonaroismo.

Já o terceiro capítulo combinou a revisão de literatura com uma análise de discursos, utilizando como material empírico entrevistas e palestras concedidas por Jair Bolsonaro entre 2013 e 2018, disponíveis em seu canal oficial no YouTube. Com a revisão de literatura conseguimos abordar e analisar o surgimento, crescimento e incursão dos neopentecostais na arena política, incluindo sua participação em questões políticas e sociais, identificando e analisando as principais crenças e práticas desse grupo e como elas se aproximam do discurso bolsonarista. Com a análise de cerca de 10 entrevistas e palestras por ano, totalizando aproximadamente 50 transcrições, realizadas durante a pesquisa, tivemos como objetivo identificar o momento em que Bolsonaro começou a se aproximar do neopentecostalismo e se essa aproximação pode ser caracterizada como estratégica. A análise dos discursos considerou a frequência e a intensidade de temas ligados à religião, à moralidade e à defesa de valores conservadores, além do cruzamento com eventos políticos e religiosos relevantes.

Desse modo, o objetivo geral deste estudo é analisar se a Direita Bolsonaroista, durante o período de 2013 a 2022, se apropriou das igrejas neopentecostais para sua ascensão política e institucional no Brasil. Para isso, os objetivos específicos incluem: 1) Explorar o perfil da direita bolsonarista e suas interlocuções com o avanço a extrema direita no mundo ocidental; 2) Analisar o contexto político e social que favoreceu a ascensão política e institucional da direita bolsonarista; 3) Compreender as bases dogmáticas do movimento neopentecostal e suas interlocuções com o bolsonarismo; 4) Identificar a origem da relação “Direita Bolsonaroista – Neopentecostalismo” no

Brasil, buscando compreender como essa coalizão se desenvolveu no período definido e se houve instrumentalização do neopentecostalismo por parte do bolsonarismo.

2. DIREITA BOLSONARISTA

A nova direita brasileira começou a tomar forma na primeira década do século XXI, mais especificamente em 2006, após as denúncias de corrupção que envolveram o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao contrário da direita tradicional dos anos 1980 e 1990, que se concentrava na redução do papel do Estado, na promoção da economia de mercado e na privatização de empresas públicas, essa nova direita incorporou temas que antes eram periféricos, como o combate à corrupção, além de defender uma variedade de ideias e valores de caráter autoritário, conservador, nacionalista e populista. O escândalo do mensalão, ocorrido em 2006, foi o catalisador que proporcionou a reorganização e o fortalecimento de forças políticas que se opunham à esquerda e, particularmente, às políticas sociais do governo Lula (Oliveira, 2022), e que com as manifestações de 2013 foram se tornando mais robustas.

Cientistas políticos, institutos de pesquisa e a mídia demoraram a perceber as mudanças no perfil ideológico do eleitorado brasileiro e a reconhecer o potencial político de um candidato de direita filiado a um pequeno partido, o Partido Social Liberal (PSL), que não fazia parte da “nova Direita”, mas se mostrou como único capaz de representa-la. Como as urnas mostraram em 2018, Bolsonaro não era um fenômeno isolado, mas parte de um movimento de direita mais amplo, presente em diversos países. Exemplos incluem a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, Lenín Moreno no Equador em 2017, Iván Duque na Colômbia em 2018, o golpe de Estado na Bolívia em 2019, a aprovação do Brexit no Reino Unido em 2020 e a eleição de Lacalle Pou no Uruguai no mesmo ano (Oliveira, 2020).

Durante a campanha presidencial de 2018, Bolsonaro se posicionou como um candidato anticorrupção, antissistema e antipolítica, prometendo romper com o pacto democrático estabelecido desde a Constituição de 1988 (Rocha, Solano, 2021). Fiel às ideias que defendeu ao longo de suas três décadas de carreira política, ele reuniu em torno de si a chamada "nova direita brasileira", um movimento político e ideológico heterogêneo composto por líderes e grupos fundamentalistas, populistas, autoritários, neoliberais e neoconservadores (Avritzer, 2021; Rocha, Solano, 2021). Sua defesa da ditadura militar, críticas aos partidos de esquerda e discurso anticorrupção foram fatores decisivos para sua vitória, com o apoio de 57,8 milhões de eleitores, representando 55,13% do eleitorado brasileiro.

Desde o início de seu mandato, Bolsonaro adotou a postura anti-institucional, fazendo duras críticas às instituições e algumas políticas públicas. Segundo Leonardo Avritzer (2021), Bolsonaro trouxe à política brasileira:

[...] um tipo raro de associação entre governo não virtuoso e conservadorismo [...] uma nova forma de conservadorismo: ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia da destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda (Avritzer, 2021, p. 18).

A desregulação, a desarticulação e os ataques às instituições ocorreram em várias áreas, especialmente naquelas onde a intervenção do Estado é fundamental, como segurança pública, educação, saúde, previdência, meio ambiente e direitos humanos (Oliveira, 2022).

Durante seus quatro anos de mandato, o governo Bolsonaro trabalhou ativamente para dismantlar políticas, deslegitimar políticos e enfraquecer instituições (Avritzer, 2021). Em março de 2019, em um jantar com líderes conservadores em Washington, o então presidente resumiu sua agenda de desconstrução ao afirmar: “O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa”.

2.1 CARÁTER POPULISTA

O populismo é uma característica importante da Direita Bolsonarista, que foi se construindo a partir de uma narrativa de oposição ao establishment político tradicional e da reivindicação de representar o "povo verdadeiro", se colocando contra as elites corruptas e desvinculadas dos valores nacionais. Perceptível, por exemplo, pela forma que Bolsonaro se projetou como um líder carismático que transcende as instituições e, em muitas oportunidades, se apresentou como o único capaz de "salvar o país". Combinou apelos emocionais e simplificações ideológicas, frequentemente utilizando expressões como "missão divina" ou "o povo acima de tudo".

Além disso, existe uma narrativa de oposição entre o povo, visto como virtuoso e genuíno, e as elites, retratadas como corruptas, desconectadas e responsáveis pelos problemas nacionais. No discurso bolsonarista, essas elites incluíam políticos tradicionais, intelectuais, artistas, universidades e organizações globais, acusados de promover valores progressistas ou globalistas que ameaçavam a soberania nacional, a identidade cultural e a moralidade do Brasil. Essa dicotomia reforça um sentimento de pertencimento entre os apoiadores, que se veem como

defensores dos "verdadeiros valores brasileiros", como patriotismo, família tradicional e religião. Isso acaba alimentando um antagonismo político, fortalece a base de apoio e posiciona Bolsonaro como o único capaz de restaurar a ordem e enfrentar essas forças percebidas como ameaças.

O populismo de direita pode ser entendido a partir da caracterização do que se entende por "direita" ou "nova direita", conforme discutido por Cas Mudde em *The Far Right Today* (2019). Segundo Goulart da Silva e Rodrigues (2020, apud Mudde, 2019), o autor examina o sucesso eleitoral de lideranças de direita, utilizando o termo *far right* para englobar tanto partidos de extrema direita quanto de direita radical, diferenciando-os de liberais e conservadores tradicionais. Mudde argumenta que radicais e extremistas se posicionam de maneira distinta em relação à democracia liberal: os extremistas rejeitam o componente democrático, que inclui a regra da maioria e a igualdade entre os cidadãos nos processos eleitorais, enquanto os radicais rejeitam o componente liberal, relacionado aos direitos humanos, à proteção das minorias e à separação de poderes. Além disso, ainda segundo Goulart da Silva e Rodrigues (2020) ao citar Mudde (2019), o autor retoma a terminologia de Norberto Bobbio para destacar que partidos de extrema direita e direita radical consideram a desigualdade como algo natural, celebrando as diferenças como características inerentes à sociedade.

Em termos ideológicos, o populismo de direita se definiria pela ênfase em quatro temas, cuja relevância relativa variaria de caso para caso: imigração, política externa, corrupção e segurança. No tocante ao último, particularmente importante para a análise dos discursos de Jair Bolsonaro, seria o que Mudde (2019, p. 69) denomina *authoritarianism*, definido como “a crença em uma sociedade estritamente ordenada, na qual as infrações à autoridade devem ser severamente punidas”. Sob esta perspectiva, quase todos os "problemas sociais", incluindo dependência de drogas ou “desvio sexual” são diagnosticados como ameaças à “ordem natural” e traduzidas como questões de “lei e ordem” a serem combatidas por uma abordagem punitivista (Goulart; Rodrigues, 2020, pg. 89).

Conforme Laclau (2013, apud Silva e Rodrigues, 2020), o populismo pode ser entendido como uma forma legítima de organização política, na qual demandas sociais não atendidas são unificadas em torno de uma cadeia de equivalência, formando a ideia de "povo". Esse processo discursivo também estabelece uma separação clara entre o "povo" e os grupos que são vistos como responsáveis por impedir a satisfação dessas demandas. Essa perspectiva ressalta o populismo como um tipo de articulação política que não está vinculado a um conteúdo fixo, podendo assumir diferentes formas conforme o contexto em que ocorre. O PT, apesar de ter concedido uma série de

avanços, criou outra série de demandas não supridas, dando abertura para novas soluções, lideranças e organização política à direita.

No discurso bolsonarista os “responsáveis” pelos problemas do país, são seus adversários, intitulados geralmente como "esquerdistas", "progressistas", a "velha política" ou até mesmo a "grande mídia. Isso reforça uma divisão entre “nós” (o povo conservador, patriota e cristão) e “eles” (os agentes do caos moral e social). Esse tipo de discurso apela ao medo e à insegurança, mobilizando apoio por meio de promessas de restauração da ordem, da segurança e dos valores tradicionais.

Assim, é perceptível um apego moralista, como uma visão do mundo dividida entre "bem" e "mal" e um discurso que conecta temas como: anticorrupção, que condena práticas corruptas como símbolo do "mal" e justifica intervenções radicais na política e na sociedade; punitivismo, onde prioriza punições severas como solução para problemas sociais, frequentemente relacionada à segurança pública; hostilidade às minorias: deslegitimando as demandas de grupos minoritários; neoliberalismo, com valorização de políticas econômicas que privilegiam o mercado livre, com ênfase na redução do papel do Estado na economia e nos direitos sociais.

O ponto central dessa articulação é a ideia de meritocracia, ou seja, a crença de que o sucesso individual depende exclusivamente do esforço e mérito pessoal, desconsiderando desigualdades estruturais. A figura do “cidadão de bem” é um exemplo disso. Esse cidadão é visto como alguém que, se for "virtuoso" e esforçado, não precisa do apoio do Estado. Essa visão justifica a diminuição de políticas públicas, como programas sociais, e promove a ideia de que o Estado deve se restringir a garantir a ordem e punir desvios. Esse modelo de organização política desfavorece grande parte da sociedade brasileira, principalmente no que tange o dismantelo de programas sociais. Mesmo assim, Bolsonaro conseguiu um forte apoio das camadas mais baixas da população.

É preciso notar que existe uma relação íntima entre a crescente popularidade de Bolsonaro e a linha discursiva por ele adotada. A alta adesão dos cristãos, principalmente dos protestantes, à propaganda de Bolsonaro revela a importância progressiva de uma agenda associada a valores identificados como religiosos, tradicionais e conservadores para que seu discurso conseguisse ampliar sua penetração social (Goulart; Rodrigues, 2020, pg. 94).

De acordo com Nicolau (2020, p. 78) com o crescimento do número de evangélicos no país, esse grupo passou a ter grande importância no eleitorado brasileiro. “[...] entre os católicos e os que professam outros credos ou não têm religião, a disputa do segundo turno foi apertada. Por isso,

não é exagero dizer que a mobilização dos evangélicos foi um dos fatores determinantes para a vitória de Bolsonaro” (Nicolau, 2020. pg. 77-78). E não pode passar despercebido o fato do movimento neopentecostal ter se consolidado, principalmente, em territórios periféricos. E mais ainda, muitas dessas lideranças atuaram como cabo eleitoral nas campanhas de Bolsonaro de 2018 e 2022.

Como discutimos, as falas de Bolsonaro muitas vezes se aproximam de um populismo que aparenta desafiar as elites tradicionais, mas as suas ações no poder revelam uma continuidade com padrões históricos de concentração de poder e riqueza no país, características de uma estrutura marcadamente oligárquica.

2.2 CARÁTER OLIGÁRQUICO

O caráter oligárquico do bolsonarismo pode ser percebido por meio de uma análise de suas práticas políticas, alianças institucionais e até de seus impactos sociais. Existe uma continuidade no que ele denomina de “velha política”, evidenciada em vários aspectos, como a manutenção de desigualdades estruturais, a defesa de interesses de grupos tradicionais e a hostilidade a iniciativas que promovam maior inclusão democrática.

Em inúmeras oportunidades Bolsonaro se colocou como o único capaz de acabar com o “toma lá dá cá”, utilizando como estratégia o ataque às instituições. No entanto, é clara sua estreita relação com setores econômicos e institucionais que, historicamente, são dominantes no nosso país: empresários, agronegócio e elites militares. Singer (2018), destaca como esse apoio de elites econômicas a políticas neoliberais é um fator que gera continuidade da concentração de riqueza e latente reprodução de desigualdades sociais.

Além disso, Bolsonaro se colocou como “incorrupível”. Segundo Alexandre (2020, p.176), “Nas eleições de 2018, Bolsonaro era o único sem processos de corrupção. Mas, entre os principais nomes, era o único que nunca havia sido governador, senador, prefeito ou ministro”. Após a vitória, anunciou Sérgio Moro como ministro, para muitos um símbolo da luta contra a corrupção. “[...] o tema da luta contra a corrupção está presente no discurso da extrema direita europeia, mas de forma marginal” (Lowy, 2020, p.16).

No Brasil é uma velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: se levanta a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares. Bolsonaro conseguiu manipular este

sentimento legítimo de indignação contra os políticos corruptos para se impor, e venceu a disputa de opinião na sociedade ao identificar (falsamente) o Partido dos Trabalhadores (PT) como o núcleo do sistema político do Estado brasileiro e como o grande responsável central pela corrupção (Lowy, 2020, p. 16).

De acordo com Lowy (2020) as oligarquias brasileiras até preferiam outro candidato, mas Bolsonaro foi o único que se alinhou ao modelo político de manutenção do chamado “governo para poucos”.

Bolsonaro apresentou um programa econômico ultraliberal, com mais globalização, mais mercado, mais privatizações, além de um completo alinhamento com o império americano. Isto lhe garantiu, sobretudo no segundo turno, o apoio decisivo das forças do capital financeiro e industrial, assim como do agronegócio (Lowy, 2020, p. 16 - 17).

Antes e durante seu governo, Bolsonaro se destacou pela intensa defesa de isenções fiscais e incentivos a setores econômicos específicos, como o agronegócio e a indústria armamentista. Essas medidas beneficiam uma minoria economicamente poderosa, e mantém um modelo econômico excludente. Durante seu governo, por exemplo, trabalhou ativamente para flexibilizar leis ambientais e diminuir aparatos de fiscalização.

Cortes de verbas, desmobilização de servidores e interferência do governo federal. Esse é o cenário vivido há quase quatro anos pela gestão socioambiental no Brasil. O tamanho do tombo orçamentário para as políticas ambientais foi de 71% entre 2014, quando os repasses atingiram o maior patamar da história (R\$ 13,3 bilhões), e 2021, que contou com apenas R\$ 3,7 bilhões (InfoAmazonia, 2022).

Conforme apontado por Alonso (2019), o bolsonarismo acaba por reforçar um pacto implícito com as elites, garantindo a manutenção de privilégios enquanto restringe o acesso da população mais pobre a direitos básicos, como educação e saúde. Alonso afirma que "o discurso meritocrático, ao ignorar desigualdades estruturais, serve como justificativa ideológica para a perpetuação de um sistema excludente".

[...] o governo colocou em prática uma política que contraria os preceitos da Constituição de 1988, visando reduzir o papel do Estado na garantia de bens e serviços, além de concentrar o poder decisório no Executivo e dismantelar políticas públicas consideradas contrárias à visão do presidente e de sua equipe. Nessa lógica, é notório a execução de uma gestão autoritária combinada de uma desresponsabilização quanto ao seu papel político na reprodução de políticas públicas que visam a garantia de direitos, sobretudo, aquelas que atendam as vulnerabilidades mais contundentes da população, como a Política Nacional de Assistência Social (Sobrinho; Veiga, 2023, pg.8).

Oligarquia não é apenas o governo de ricos, mas é sempre um governo de poucos, de um pequeno grupo que tem alguma vantagem organizacional. Podemos dizer que existe oligarquização na política brasileira quando um grupo de representantes, em vez de agir em prova o interesse da

sociedade, se protege, absorve recursos públicos em proveito próprio e eles colocam “os seus” em certas profissões, em certas posições, em certos empregos dentro do estado, e tudo isso em prejuízo do próprio interesse social. Antes de concorrer à presidência, Bolsonaro já possuía uma longa carreira política e conseguiu lançar três filhos e a ex-mulher a cargos públicos, sem contar os inúmeros “parentes e amigos” em seu gabinete. Quando chegou no executivo, não foi diferente.

Ao se demitir dias antes, Moro disse que Bolsonaro tentou interferir politicamente na Polícia Federal. Moro afirmou que essa interferência se deu com a exoneração do diretor-geral da corporação, Maurício Valeixo, com a indicação de Alexandre Ramagem, amigo da família Bolsonaro. Moro também afirmou que o presidente tentou trocar o superintendente da PF no Rio (G1, 2022).

Dessa forma, ainda que o discurso bolsonarista possa parecer defender, em certos momentos, uma ruptura com as elites tradicionais, suas práticas evidenciam uma continuidade com padrões históricos de concentração de poder e exclusão social no Brasil. A articulação entre neoliberalismo, moralismo conservador e punitivismo reforça um modelo estrutural que beneficia poucos em detrimento da maioria. Pesquisas como os de Alonso (2019) e Solano (2018) ajudam a compreender como o bolsonarismo incorpora e perpetua características oligárquicas, consolidando uma agenda política que favorece elites enquanto marginaliza populações vulneráveis.

2.3 BASES IDEOLÓGICAS

Rennó (2022) abordou o conceito de bolsonarismo no âmbito das disputas contra a ordem democrática em 2022. O autor classifica esse fenômeno como um movimento ideológico de direita que abrange aproximadamente 20% da população brasileira. As principais características desse movimento incluem reações negativas a conquistas progressistas, como os direitos de gênero e LGBT, a defesa da meritocracia, a adoção de políticas rigorosas para o combate ao crime e à corrupção, além da resistência a ações afirmativas e à intervenção do Estado na economia.

Esse movimento simboliza um novo alinhamento, onde pessoas que antes estavam politicamente desengajadas e independentes se uniram em torno de uma agenda de longo prazo. Conforme Rennó, a novidade é que eleitores que anteriormente se organizavam em torno de diversas alternativas aos partidos de esquerda agora se consolidaram em um único projeto conservador de direita. Nesse sentido, o bolsonarismo surge como uma fusão das várias correntes da direita que, anteriormente, estavam dispersas no Brasil (Moura, 2022).

Ao examinar dados fornecidos pelo INCT, o autor observou uma forte predominância de posturas conservadoras e de direita. Esse fenômeno ultrapassa o mero antipetismo, sendo sustentado por bases ideológicas sólidas. Isso se deve ao fato de que a população brasileira já possui um histórico de apoio a visões conservadoras. Dessa forma, em um cenário de crise, o bolsonarismo encontrou um terreno fértil na insatisfação com a democracia, na desconfiança em relação às instituições e no apoio à ideia de um golpe militar. Rennó sustenta que a combinação desses elementos representa uma ameaça à democracia no Brasil (Nogueira, 2020).

Do ponto de vista demográfico, a maior parte dos simpatizantes do ex-presidente é formada por homens brancos, mais velhos, com maior renda e pertencentes à religião evangélica. Além disso, a defesa de propostas como a pena de morte, a diminuição da maioria penal e a inclusão de aulas de oração nas escolas públicas aumenta significativamente as chances de uma pessoa votar em Jair Bolsonaro. Assim, é possível observar uma base social e ideológica robusta que sustenta o bolsonarismo (Casullo, 2021).

Segundo De Luca (2021), o bolsonarismo é um movimento político de extrema direita que se caracteriza por uma ideologia autoritária, conservadora e neoliberal. Ele vai além de uma mera expressão de antipetismo, refletindo um profundo descontentamento com o estado atual da política e da economia no Brasil. Esse fenômeno se alinha a uma tendência global de rejeição às elites políticas tradicionais, embasada em um ressentimento popular que se manifesta no apoio a políticas autoritárias e a líderes que prometem romper com as práticas políticas convencionais. O bolsonarismo exalta o militarismo e rejeita os mecanismos tradicionais de representação política, como o Congresso e os partidos estabelecidos.

Moura e Borges (2022) destacam o papel crucial das mídias sociais na formação do bolsonarismo, observando que o consumo seletivo de informações por meio de plataformas como WhatsApp, Facebook e YouTube gera bolhas informativas que reforçam as crenças dos apoiadores de Bolsonaro e espalham, muitas vezes, desinformação. Essas plataformas facilitam a disseminação de narrativas simplistas e conspiratórias, aumentando a desconfiança nas instituições democráticas e criando uma base ideológica coesa que descarta qualquer visão da realidade que contradiga suas crenças. Além disso, esse consumo de conteúdo contribui para a construção de um imaginário social em que Bolsonaro é visto como um líder salvador, disposto a desafiar a ordem estabelecida e a implementar um governo "do povo".

Nogueira e Nunes (2020), enfatizam que o bolsonarismo atua como uma identidade política que oferece aos seus apoiadores um sentimento de pertencimento e propósito. Essa identidade é construída sobre valores como nacionalismo, defesa da família tradicional, conservadorismo moral e um discurso centrado em "ordem" e "disciplina". Essa mobilização identitária é fundamental para compreender o movimento, pois vai além do simples apoio nas eleições, configurando-se como um fenômeno social e cultural que transforma as relações de pertencimento na sociedade brasileira. Os autores apontam que o bolsonarismo evoca emoções como medo, nostalgia e ressentimento, explorando um imaginário social que busca um retorno a um passado idealizado de ordem e moralidade.

Casullo (2021), insere o bolsonarismo dentro de uma tradição mais ampla de populismo na América Latina, destacando que, embora apresente semelhanças com o populismo de direita em outras regiões do mundo, também possui características específicas da América Latina, como a ênfase no personalismo e no carisma do líder. Ele ressalta que, no contexto brasileiro, o bolsonarismo é alimentado por um discurso anticomunista que tem raízes profundas na história política do país, reforçado pela ditadura militar e sustentado por uma narrativa de ameaça constante aos valores tradicionais. Esse histórico cria um ambiente favorável para o surgimento de movimentos como o bolsonarismo, que propõem soluções simplistas para questões complexas, centradas na figura de um líder forte e incorruptível.

Essas abordagens enriquecem a análise do bolsonarismo ao mostrar que não é um fenômeno isolado, mas sim parte de um movimento global que desafia as democracias liberais e impulsiona o crescimento do populismo autoritário. O bolsonarismo, ao integrar elementos de antipetismo, conservadorismo moral, tendências autoritárias e desconfiança nas instituições, representa uma nova configuração das direitas brasileiras, consolidando-se como um movimento com bases ideológicas robustas e uma impressionante capacidade de mobilização social (Rennó, 2022).

2.4 BOLSONARISMO E SUAS INTERLOCUÇÕES COM O MUNDO OCIDENTAL

A extrema direita é uma das expressões mais autoritárias do espectro político da direita. Mudde (2000) utiliza o termo alemão *verfassungsfeindlich*, que significa “hostil à constituição”, para se referir ao extremismo de direita, enfatizando as práticas que são inconstitucionais e antidemocráticas. O uso do termo "extrema" não deve ser interpretado apenas como sinônimo de

comportamentos autoritários e antidemocráticos, mas sim como um posicionamento "extremo" em comparação com outros partidos e sistemas ideológicos.

É nesse contexto que, conforme Pinheiro-Machado (2019), a ameaça “fascista” é melhor compreendida por meio da organização das extremas direitas no Brasil desde o início do século XXI. Esse fenômeno ganhou força especialmente durante as crises econômicas de 2007 e 2008, quando houve uma articulação com políticas antissistêmicas e neoliberais. Brown (2019) destaca que esse crescimento da extrema direita não se limita ao Brasil, sendo um fenômeno observado globalmente:

[...] forças da extrema direita subiram ao poder nas democracias liberais pelo mundo todo. Cada eleição traz um novo choque: neonazistas no parlamento alemão, neofascistas no italiano, o Brexit conduzido pela xenofobia alimentada por tablóides, ascensão do nacionalismo branco na Escandinávia, regimes autoritários tomando forma na Turquia e no Leste Europeu e, é claro, o trumpismo. O ódio e a belicosidade racistas, anti-islâmicos e antisemitas crescem nas ruas e na internet. Grupos de extrema direita recentemente amalgamados têm eclodido audaciosamente na vida pública após terem passado anos à espreita, na maior parte do tempo nas sombras (Brown, 2019, p. 9).

A crescente radicalização política no Brasil está, principalmente, ligada à intensificação da polarização político-social. Levitsky e Ziblatt (2018), afirmam que, embora a polarização seja um elemento essencial para a democracia, quando atinge níveis extremos, pode "destruir as normas democráticas", que se baseiam na tolerância mútua. No Brasil, essa polarização radical teve início nas manifestações de junho de 2013, que ocorreram em um contexto social civil. De acordo com as historiadoras, esses protestos apartidários evidenciaram a desconexão entre o governo e os cidadãos, além de expor a corrupção dentro da máquina estatal.

Nos anos de 2015 e 2016, a tensão política se intensificou, resultando em manifestações que, conforme Pinheiro-Machado (2019), eram "pró-impeachment, com um caráter nacionalista, antipetista e anticorrupção", e que eram predominantemente compostas por elites brancas brasileiras. A nova direita buscava, em sua essência, renovar a política brasileira por meio de uma agenda antissistêmica. O "fracasso" da esquerda na liderança do país, juntamente com a prisão do ex-presidente Lula, catalisou a ascensão da direita conservadora, que trouxe reivindicações políticas e econômicas retrógradas, autoritárias e inconstitucionais. Esse movimento promoveu um discurso de divisão, caracterizando um "nós" (o bem) contra "eles" (o mal), o que colocou em risco a democracia ao explorar as diferenças sociais. Diante desse cenário "caótico", muitos cidadãos passaram a acreditar que a solução antissistêmica seria a eleição de um presidente apolítico, visto como capaz de resolver "todos" os problemas políticos do país.

O então deputado federal Jair Bolsonaro foi o único candidato que conseguiu canalizar as energias sociais que se intensificaram a partir de 2013. Isso ocorreu apesar do ceticismo de analistas políticos e jornalistas quanto à sua viabilidade eleitoral, uma vez que desde 2015 ele já promovia discursos radicais e ultraconservadores. Visto como um “outsider” e alguém fora do sistema político tradicional, Bolsonaro conseguiu assumir a presidência da República do Brasil em 2018 (Nobre, 2020).

Sua ascensão ao poder representa apenas uma parte do fenômeno bolsonarista, tendo em vista que o bolsonarismo aparentemente não se limita a Jair Bolsonaro, mas que envolve todos os que apoiam um discurso conservador e a moralização da política. Silva Júnior e Fargoni (2020, p. 3) complementam essa visão, caracterizando o bolsonarismo como uma “faceta do autoritarismo brasileiro” ou uma direita populista que se alinha ao neoliberalismo, sendo predominantemente um fenômeno urbano que se beneficiou da expansão das redes sociais.

Ness processo, as mídias sociais desempenharam um papel crucial na vitória da onda bolsonarista nas eleições de 2018. Com pouco tempo de televisão, essas plataformas se tornaram o principal canal de divulgação das ideias pró-Bolsonaro, e a extrema direita brasileira adotou uma estratégia virtual semelhante à utilizada por Trump, nos EUA, que envolvia um ataque direto a um dos pilares da democracia: a imprensa (mídia e jornalistas) (Pinheiro-Machado, 2019).

Essa nova configuração popular, é caracterizada pela autonomia, persuasão e moralismo, além de promover a disseminação de fake news em benefício próprio. É importante notar que a direita brasileira já se fortalecia nas redes sociais desde 2015 e 2016, com movimentos de caráter nacionalista, liberal e favoráveis ao impeachment (antipetistas) (Pinheiro-Machado, 2019).

As manifestações eram impulsionadas por grupos de opinião como Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua Brasil e Revoltados Online, que estavam especialmente ativos no Facebook (Messenberg, 2017). Nicolau (2020) observa que as eleições de 2018 foram marcadas pela maior disseminação de fake news entre os apoiadores de Bolsonaro, dado que os eleitores que utilizavam as mídias sociais (Facebook, Twitter e WhatsApp) eram, em sua maioria, favoráveis ao candidato.

3. JUNHO DE 2013: CONTEXTO E IMPLICAÇÕES

Em junho de 2013 e nos anos seguintes, diversas cidades brasileiras foram palco de manifestações e protestos contra o governo federal, a corrupção, o aumento das tarifas de transporte público e a falta de investimentos em saúde e educação. Esses movimentos foram organizados principalmente por meio das redes sociais, liderados por grupos até então pouco conhecidos, como o Movimento Passe Livre, o Movimento Brasil Livre, o Vem pra Rua e o Revoltados On Line, além de outros de menor relevância. A tradicional "conciliação política dos conflitos", característica das manifestações promovidas pelas instituições políticas convencionais, deu lugar a uma "postura mais conflituosa" (Vieira, 2018).

Esses protestos trouxeram a questão da corrupção para o centro da agenda política. Como em outros momentos da história brasileira, a indignação e o sentimento coletivo expressos nas manifestações foram rapidamente apropriados pela mídia, que os transformou em campanhas contra a corrupção e seus principais responsáveis, incluindo partidos, políticos profissionais e alguns setores empresariais (Avritzer, 2021).

As denúncias ganharam força e mobilizaram a opinião pública, com destaque para o engajamento da classe média, que apoiava investigações amplas e punições rigorosas para os envolvidos. Nesse contexto, a Polícia Federal lançou a Operação Lava Jato, uma investigação que, entre março de 2014 e 1º de fevereiro de 2021, executou mais de mil mandados (de busca e apreensão, prisões temporárias e preventivas, além de conduções coercitivas), resultando na prisão e condenação de mais de cem pessoas (Lopes, 2019).

As investigações e a cobertura midiática acabaram desgastando a imagem de importantes lideranças políticas e empresariais do Brasil, incluindo a então presidenta Dilma Rousseff, destituída em agosto de 2016, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso em abril de 2018 (Singer, 2018; Vieira, 2018). Esse desgaste, junto com a perda de poder político do PT, criou um novo cenário de forças políticas no país. As eleições presidenciais de 2018 refletiram a crise dos partidos de centro e de esquerda, além do crescimento expressivo da extrema direita, representada pelo candidato Jair Messias Bolsonaro.

3.1 PRÉ-JUNHO DE 2013: CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DO BRASIL

O PT ascendeu ao poder em 2002, com a vitória de Lula, que claramente representava as classes abastadas do país, tanto pela sua história de vida, como pelos anos de militância. A maioria o elegeu vislumbrando a construção de um país mais justo, com maior possibilidade de ascensão social e a quebra de barreiras sociais e econômicas. Não à toa, seu emblema de campanha dizia “Brasil para todos”, criando uma imagem não apenas de um líder político, mas também um símbolo de superação, solidariedade e esperança de um futuro melhor para todos.

Como prometido, durante seus mandatos como presidente, de 2003 a 2010, Lula implementou políticas que visavam reduzir a pobreza e a desigualdade, como o programa Bolsa Família, que proporcionou auxílio financeiro para milhões de famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, seu governo foi marcado por políticas de valorização do salário mínimo, aumento do acesso à educação e expansão do crédito para a população de baixa renda. Esses avanços foram possíveis “às custas” da adoção do *presidencialismo de coalizão*, importante para efetividade da agenda do executivo. De acordo com Sérgio Abranches (1988), o presidencialismo de coalizão é inevitável no regime político-institucional brasileiro, já que o executivo não consegue formar maioria na câmara, como ocorre no modelo parlamentarista. Grosso modo, essa coalizão é feita entre o executivo e o legislativo, a fim de que o executivo forme alianças com diversos partidos políticos para garantir maioria no congresso e aprovação de propostas da sua agenda de governo. O grande problema desse modelo é como o governo capta esse apoio, tendo em vista que é necessário barganhar com partidos e deputados da oposição, distribuindo cargos e recursos em troca de votos, podendo comprometer a integridade das políticas públicas. Lula seguiu a regra do jogo.

[...] a correlação de forças resultante das eleições proporcionais induziu o governo a montar uma coalizão pragmática, ou funcional, que lhe conferisse a aprovação da sua agenda. As chances de sucesso de um governo ideológico, situado à esquerda, eram reduzidas. Como podemos observar, uma possível coalizão dos partidos ideologicamente situados à esquerda somava 32,3% das cadeiras da Câmara, frente aos 39,5% de cadeiras pertencentes aos partidos de direita. (Nunes e Silame, 2005, p.9).

Sem maioria absoluta no Congresso, precisou firmar alianças com outras legendas para conseguir governabilidade e aprovação de suas políticas. Para isso, seu governo adotou uma estratégia de negociação e distribuição de cargos e recursos em troca de apoio político, o que é comum no presidencialismo de coalizão, mas também passível de críticas por possíveis práticas clientelistas. Em 2005 explodiu os escândalos de corrupção do chamado *mensalão* – esquema que

envolvia o desvio de recursos públicos de empresas estatais e privadas para o financiamento de campanhas políticas e o pagamento de mesadas a parlamentares aliados em troca de apoio ao governo no Congresso Nacional -, abalando seus simpatizantes à esquerda e agitando seus opositores à direita.

Depois do Mensalão, novas alianças, quadros e programas restringiram a participação de ativistas. Alguns sobreviveram nas áreas consideradas prioritárias. O resto foi dormir no sereno. [...] O recuo gerou dilemas para a sociedade organizada à esquerda, tendo que lidar com um governo simpático às suas demandas, mas que nem sempre agia em favor delas. (Alonso, 2023, p.21).

Nos parece evidente que ele optou, devido às condições, por um governo que não mexesse muito no “vespeiro”, a fim de conciliar sua agenda progressista com agentes da “boa e velha política tradicional”. Essa postura evidenciou que o PT - que antes cumpria o papel de oposição, aglutinando as demandas da ala esquerda - já não servia como partido “agitador” das esquerdas, tendo em vista que se tornou governo e transformou-se em mais um agente da política neoliberal (Alonso, 2023). Ainda “[...] No decorrer da década de 1990, o PT transformou-se profundamente, abdicando inteiramente da perspectiva de independência de classe que marcou sua trajetória da década anterior” (Calil, 2013).

A central única dos trabalhadores, dirigida por sindicalistas vinculados ao PT, assumiu a perspectiva da colaboração de classes e renunciou ao sindicalismo classista e combativo. O compromisso explícito de Lula da Silva com o capital financeiro e o pagamento integral da dívida pública, ainda no contexto da campanha eleitoral, anunciava a continuidade da política econômica de corte neoliberal, o que confirmou-se ao longo de seus dois mandatos na presidência da República, a despeito da ampliação dos programas assistencialistas e das políticas compensatórias (Calil, 2013, p. 378-379).

Talvez por isso, mesmo se colocando no papel de “conciliador” político, o partido começou a pisar em zonas perigosas, que se tencionaram aos poucos e explodiram no governo Dilma.

A rua não age, reage. Quem ocupa o estado pauta. Sombreia ou ilumina temas no debate público ao propor ou engavetar mudanças. O caminhão de promessas de Lula rendeu a maioria nas urnas, não o Consenso acerca de seu governo. Suas tentativas de reforma suscitaram reações organizadas nas instituições, até mesmo ali onde antes Lula reinara: na rua. Abriram-se então três zonas de conflito, em torno das quais movimentos se manifestariam ao longo de seus dois governos e do de sua sucessora” (Alonso 2023, p.13).

O PT passou a provocar *crescente tensão entre grupos políticos e classes sociais (à esquerda e à direita)*. Para Ângela Alonso (2023), três zonas de conflitos foram essenciais para as tensões em torno dos governos petistas, sendo elas: redistribuição de recursos, acessos e oportunidades; princípios de orientação moral da vida coletiva; violência estatal legítima. A respeito da primeira zona:

[...] emergiu com as iniciativas governamentais que afetaram, ou ameaçaram afetar, o padrão de apropriação de bens coletivos, sobretudo território (urbano, rural e florestal), renda (políticas trabalhistas, de renda mínima e taxaço) e acesso a oportunidades escassas (educação superior) (Alonso, 2023, p.53-54).

O governo Lula investiu massivamente em ações no campo social, implementando uma série de programas e políticas para redução da pobreza, promoção da inclusão social, expansão do acesso à educação e a saúde. Essas iniciativas, inquestionavelmente, contribuíram para a queda dos índices de pobreza e das desigualdades do país, consolidando sua base de apoio à esquerda. Por outro lado, essa “aproximação” das classes ocasionou certo mal-estar às classes mais altas, que passaram a dividir certos espaços (como as universidades) com as camadas mais pobres. A alta classe tecia críticas acerca dos programas petistas, “que permitiam uma ascensão social sem *mérito individual*” e financiada com pagamento de seus impostos.

“Dissensos morais existem sem luta política direta, mas quando ações estatais afetam ou ameaçam crenças, estilos de vida e formas de ação consideradas inegociáveis por uma comunidade moral, seus membros tendem a se organizar politicamente para reagir” (Alonso, 2023, p.53). A segunda zona, apontada por conflitos em torno da moralidade, Ângela Alonso (2023) a divide em dois eixos, sendo eles: *moral privada*, com movimentos em relação as intenções do governo quanto a temas como aborto, sexualidade, legalização das drogas e etc.; *moral pública*, com a discussão voltada para forma de gerir o estado, influenciada pelos escândalos do mensalão. Vale ressaltar que no tocante à moralidade privada, muitos jovens organizados à esquerda pressionaram e criticaram Lula, já que tinham uma agenda marcadamente identitária e que o governo, por vezes, desistiu de aprofundar tais questões em consequência da reação de alas mais tradicionais (inclusive dentro da própria esquerda). Ao contrário de Lula, Bolsonaro não adotou o tom “conciliador”, preferiu adotar o tom marcadamente conservador, se alinhando aos valores defendidos por sua base religiosa. Ele se opôs à ampliação dos direitos ao aborto, combateu a inclusão de pautas sobre gênero e sexualidade nas escolas e rejeitou a legalização das drogas, promovendo uma abordagem

punitivista. Suas políticas promoveram a defesa da “família tradicional” e enfatizaram a moralidade cristã. Esses posicionamentos consolidaram o apoio de setores conservadores e religiosos, esse último, muitas vezes, negligenciado pela esquerda.

Por fim, a zona sobre a violência legítima também é dividida em dois polos:

[...] Aí também se abriram duas disputas. Uma surgiu em torno das tentativas governamentais de regular os usos lícitos da força pelos cidadãos. Conflito inflamado com o plebiscito sobre o desarmamento, quando se formaram frentes opostas de parlamentares, enraizadas em organizações civis, em disputa sobre segurança pública, legislação punitiva, porte de armas. A outra contenda foi em torno da legitimidade do uso da força pelo Estado. A proposta de Comissão da Verdade revitalizou tanto movimentos por direitos humanos como os de defesa do regime militar, que passaram a alterar em torno das funções legítimas das Forças Armadas, no passado e no presente. (Alonso, 2023, p. 55).

De acordo com Ângela Alonso (2023) esses conflitos se ativaram enquanto o PT perdia a hegemonia das ruas. Apesar dos descontentamentos de grupos à esquerda e à direita, dentro das três zonas de conflitos, os dois lados não foram capazes de mobilizar grandes multidões nas ruas. Isso ocorreu pela onda econômica internacional positiva, pelas políticas sociais, por recursos e sustentação do agronegócio, igrejas neopentecostais e empresariado sintonizado com o desenvolvimentismo. Além disso, Lula demonstrou habilidade na esfera política.

Ainda que seu governo tenha passado por algumas tensões, sua habilidade em negociar com seus oponentes resultou em alto índice de aprovação. No entanto, a ex-presidenta Dilma não conseguiu manter e dar continuidade na relação com adversários políticos, adotou uma postura tecnocrática em seu governo e não foi capaz de dar respostas frente às crescentes tensões e às novas demandas de classes.

O atual governo de Dilma Rousseff transcorre em contexto mais desfavorável, o que se deve a diversos fatores: a progressiva internalização dos efeitos da crise econômica capitalista mundial; a completa falta de carisma da presidente e seu perfil tecnocrático; a maior repercussão das críticas provenientes da esquerda às suas políticas privatistas (em especial através dos leilões dos campos de petróleo do pré-sal e das concessões de aeroportos públicos); e o impacto dos escândalos de corrupção nas obras vinculadas à realização da Copa do Mundo em 2014. Ainda assim, às vésperas das “jornadas de junho” nada parecia indicar a iminência de uma onda de mobilizações populares de grande magnitude (Calil, 2013, p. 379-380).

O resultado da eleição presidencial de 2010 foi significativo: o povo brasileiro, pela primeira vez na história, colocou uma mulher no cargo mais alto do país. Filiada ao PT e indicada

por Lula, Dilma Rousseff, economista, militante torturada no período ditatorial brasileiro (1964-1985), chegou ao poder para dar continuidade ao trabalho desempenhado pelo seu partido. Às vésperas das manifestações de 2013, a então presidenta alcançou 79% de aprovação e seu governo 63%, de acordo com pesquisa CNI (Confederação Nacional da Indústria). O saldo era positivo: o dólar desvalorizando, o poder de compra aumentava entre as classes média e baixa, o país figurava como a sétima maior economia do mundo, os índices de desemprego alcançando queda histórica, o país do futebol seria sede da copa do mundo de 2014. Ainda assim, o promissor ano de 2013 se transformou no palco da maior manifestação popular da história recente do país: as jornadas de junho.

A soma dos governos petistas acabou gerando a necessidade de reformas institucionais e políticas para promoção de uma maior inclusão, participação e transparência por parte das instituições governamentais. Junho de 2013 pode ser entendido como produto da falta de adaptabilidade institucional frente às novas demandas de classes e aos desafios emergentes na sociedade brasileira.

Os movimentos urbanos, como o Movimento Passe Livre (MPL), ou os Comitês Populares da Copa, foram majoritariamente integrados por uma juventude metropolitana. Está, em grande medida, havia sido beneficiada pelas políticas de inclusão dos governos petistas, que ampliaram o acesso à educação, à cultura e à internet. Trata-se de uma geração de sujeitos entre os quais muitos emergiram das favelas e periferias, e que trouxeram para cena política pautas que estiveram menos presentes nos ciclos anteriores de lutas populares: a legalização das drogas, a denúncia do genocídio negro e o racismo, os direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+. (Rolnik, Andrés, 2023, p.19).

De certo modo, os governos petistas criaram uma geração ávida por maiores avanços no campo social, político e econômico, uma juventude que já não se conformava com progressos superficiais, direcionando sua crítica ao modelo institucional como um todo. Aliado a isso, as ruas, antes ocupadas pelo PT, passaram a gerar lacunas, que foram preenchidas por uma juventude politizada e com recursos tecnológicos.

Embora sejam díspares, os afluentes que desembocaram em Junho têm elementos em comum e zonas de intersecção. Desenhando outra imagem, são como peças de um quebra-cabeças, cujo conjunto expressa a vida social, política e econômica em um país da periferia do capitalismo, marcado pela segregação urbana e pelo racismo estrutural, pela má qualidade dos serviços públicos e pelo conluio e blindagem da elite política e econômica, que, impede quer as mudanças sociais produzam alterações profundas no status quo (Rolnik; Andrés, 2023, pg. 21).

O princípio tecnocrático do governo de Dilma Rousseff trouxe uma ênfase na eficiência e na tomada de decisões baseadas em dados, mas também gerou desafios em termos de diálogo político e construção de consensos, o que acabou por contribuir para as tensões enfrentadas durante seu tempo no governo, que se evidenciou pelo processo de impeachment em 2016, que foi orquestrado por motivos pífios.

Outro fator importante foi a negligência quanto ao sistema representativo, que se mostrou em crise. “Faltou àqueles que acreditam na autossuficiência do nosso presidencialismo de coalizão perceber que era preciso também olhar para as formas de representação e questionar se o sistema representativo dava conta de absorver e processar as demandas da sociedade”(Souto, 2015, p. 21).

3.2 MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL) E AS JORNADAS DE JUNHO

Em maio de 2013, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e o governador Geraldo Alckmin anunciaram que as passagens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) teriam seu preço reajustado até o dia primeiro de junho, passando de R\$3,00 para R\$3,20, dificultando a mobilidade urbana e o direito à cidade. Naquele ano, mais de dez capitais reajustaram a tarifa do transporte público. Nesse contexto, o proeminente grupo social Movimento Passe Livre (MPL) organizou uma manifestação contra o aumento da tarifa na capital Paulista, bloqueando o trânsito na Avenida Paulista, sentido Consolação, no Centro da cidade, no dia seis de junho. Nos dias seguintes, o MPL passou a intensificar a convocação de manifestantes nas redes sociais e, “Como uma onda, as manifestações se espalharam e logo aconteciam em pequenas e grandes cidades, portando as mais diversas bandeiras” (Souto, 2015), tornando-se o maior movimento popular da história recente do país.

Motivados pela bandeira da mobilidade urbana, encarnada naquele momento pela exigência da suspensão do aumento da tarifa, milhares de pessoas responderam ao chamado do movimento e ocuparam as ruas da maior cidade do Brasil. O impacto do número de pessoas presentes naquele ato e da violência policial empregada na repressão aos manifestantes fez com que, a partir daí, uma avalanche de protestos se desencadeasse em diversas outras cidades. A sociedade brasileira se viu diante do que se convencionou chamar de as Jornadas de Junho de 2013 (Souto, 2015, p.9).

Criado em 2005, durante o Fórum Social Mundial ocorrido na capital gaúcha, o Movimento Passe Livre (MPL) tinha como princípio a defesa da tarifa zero no transporte público, um

movimento social que defende o transporte como direito social fundamental e que deve ser garantido pelo estado. Uma característica que vale ser ressaltada, é sua forma de atuação, que estabeleceu em sua Carta de composição, de 2005, adoção de uma perspectiva autônoma, horizontal, apartidária e independente.

Embora tenha conseguido notoriedade em 2013, pela grandiosidade das manifestações, o MPL já possuía uma trajetória contínua de lutas e mobilizações desde a sua formação, construindo uma base de apoio e um histórico de ações diretas, como: Revolta da catraca em Florianópolis (2005); Protestos em Vitória (2005) e atuação em São Paulo (2006 – 2012). O caráter horizontal e antipartidário significa que todas as decisões são tomadas de forma coletiva, sem hierarquias estabelecidas, o que reflete seu compromisso com a democracia direta e a participação popular, não permitindo a interferência de interesses partidários.

Essa postura de distância com relação aos partidos, no entanto, não impede que o movimento esteja próximo de outras organizações políticas, tais como movimentos sociais, associações de bairros e sindicatos. Se dispõem para a criação do que denominam de uma Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pela Tarifa Zero e dentro das perspectivas estratégicas do movimento. Não anseiam protagonismo parlamentar (Souto, 2015, p. 52-53).

Assim, desde sua formação, sua atuação sempre foi independente e comprometida com a luta por um transporte público gratuito e acessível a todos, sem se subordinar a interesses partidários ou corporativos, ainda que forme alianças quando as condições exigem.

Outra característica, presente em sua carta de composição, é o uso das mídias alternativas: “E desde o início, também adotou as mídias alternativas como instrumento de articulação e luta política” (PINHO et al, 2016, p.144). Sobre sua carta de composição:

Por fim, duas resoluções são apresentadas nesse documento oficial de fundação do MPL. A primeira diz respeito ao uso de mídias alternativas para divulgação das atividades do movimento e ainda ao fomento e fortalecimento desses meios de comunicação alternativa. Além disso, ressalta a necessidade de cautela no contato com a mídia corporativa, por entender que esses meios estão diretamente ligados àqueles que dirigem os meios de transporte hoje. A segunda é a afirmação de que o Movimento Passe Livre é contra todo tipo de preconceito ideológicas (Souto, 2015, p. 54).

O Facebook, o Twitter e o WhatsApp tiveram papel crucial na organização, mobilização e disseminação de informações sobre os protestos de junho de 2013. O Facebook e o Twitter foram

utilizados para convocar as pessoas a participarem das manifestações, compartilhar informações sobre os locais e horários dos protestos, bem como para divulgar imagens e vídeos que retratavam a violência policial e a participação popular nas ruas. Essas redes sociais permitiram que os manifestantes se conectassem entre si, trocassem ideias e coordenassem ações de maneira rápida e descentralizada. O WhatsApp, por sua vez, desempenhou um papel importante na comunicação interna dos grupos de manifestantes, permitindo que eles se organizassem, planejassem estratégias e coordenassem a logística das manifestações de forma mais eficiente e segura, evitando a vigilância e a interferência das autoridades. Mas como um aumento de vinte centavos conseguiu estimular uma manifestação tão grande e com a participação de tantas cidades?

As ruas acabaram por espelhar a forma de funcionamento das redes, em uma dinâmica de retroalimentação. Foi o que percebeu a socióloga Carolina Figueiredo, ao notar que as mensagens das ruas de 2013 se relacionavam de várias maneiras com aquelas veiculadas nas redes sociais. (Andrés, 2023, p.281).

“A tarifa de ônibus opera como um nó do mecanismo de exclusão da mobilidade, de modo que aqueles que lutam pela redução da tarifa lutam também por uma ampliação e efetivação do direito à cidade que vai muito além de centavos” Andrés (2023, p.260). No tocante ao início das manifestações de junho, a razão central foi a mobilidade urbana. As manifestações orquestradas pelo MPL em 2013, podem apontar que a luta pelo acesso ao transporte público ocorreu em uma perspectiva de reivindicação ao direito à cidade. Ou seja, o direito de todo cidadão ter acesso ao espaço urbano, aos serviços e à participação na vida urbana. Na sua história o Brasil acumula manifestações para ampliação e facilitação da mobilidade urbana. A esse respeito, Raquel Rolnik e Roberto Andrés (2023) pontuam:

[...] esses levantes expressaram insatisfações acumuladas em relação ao transporte público e à precariedade da vida urbana no Brasil. As respostas às revoltas, da sociedade e dos governos, foram, entretanto, sempre parecidas: denegar a razão dos acontecimentos – alegando se tratar de coisa de arruaceiros ou manifestantes inconsequentes. Como resultado, o problema de fundo – à péssima qualidade e o alto preço do transporte, uma das dimensões de um modelo de organização e gestão urbana voltado para o interesse de poucos – nunca foi enfrentado de verdade no país (Rolnik; Andrés, 2023, p.18).

Como vimos, vinte centavos impulsionaram reivindicações para redução do preço, mas também denunciou a negligência quanto ao direito à cidade, dificultado pela negligência com a mobilidade urbana. A primeira manifestação promovida pelo MPL, em seis de junho, como em todos os movimentos na história do Brasil, foi reprimida pela polícia paulista. “A reação do governo petista foi de se reafirmar como uma força da ordem. O prefeito Fernando Haddad alinhou-

se inteiramente com o governador - então tucano - Geraldo Alckmin. Ambos exigiam que a repressão fosse dura com os “vândalos” (Monteiro, 2023 p. 31). Mas o movimento não se apagou. Nem mesmo com a ajuda da mídia.

Novas manifestações organizadas pelo MPL aconteceram em São Paulo. Os jornais noticiaram manifestações do dia 11 a 17 de junho, não só em São Paulo. A luta consistia na defesa de uma cidade não apenas como espaço físico, mas um espaço de interações sociais, políticas e econômicas. Esse direito envolve, de fato, acesso aos serviços urbanos, como transporte público, moradia, saúde e educação, mas também envolve o direito de que os cidadãos participem ativamente da definição e construção dos espaços urbanos. Em várias cidades do Brasil, milhares de jovens foram às ruas motivados, incentivados pelo movimento. À medida que a mídia criava uma narrativa negativa acerca dos manifestantes, nas redes sociais ocorria o inverso: o “gigante acordou”.

Em determinado momento, diante do crescimento exponencial das manifestações, foi dito, em uma reunião do MPL, que se o movimento não conseguisse barrar o aumento de tarifa, seria formada uma geração traumatizada - era tarefa do movimento vencer. A esperança naquela ocasião *sui generis* fez parecer que a conquista da pauta resolveria os problemas. Todavia, a explosão social desencadeada naquelas semanas deixou atônitos tanto os gestores públicos quanto os militantes; afinal, o que fazer após a redução da tarifa em mais de uma centena de cidades? (Monteiro, 2023, p.31).

Em 17 de junho o MPL perdeu o controle dos protestos. Mais de 250 mil pessoas saíram de suas casas em diversas cidades brasileiras, com cartazes embaixo do braço e gritos ensaiados. Só no Rio de Janeiro, segundo os dados da PM, mais de 100 mil pessoas faziam parte do mar carioca de manifestantes, já em São Paulo os protestos contaram com mais de 60 mil pessoas. A sacada do congresso, em Brasília, foi completamente ocupada por um mar de manifestantes, os principais jornais do país mostravam pessoas escalando as laterais das edificações e chegando cada vez mais perto do Senado e da Câmara dos Deputados. O gigante tinha acordado. Naquele momento, não se conseguia entender como um ano tão promissor, com um governo positivamente avaliado e economicamente em crescimento conseguiu se transformar no ano mais controverso da história recente do Brasil. As redes sociais foram fundamentais para amplificar o alcance das manifestações, permitindo que pessoas de diferentes partes do país e do mundo acompanhassem e se solidarizassem com os protestos, mesmo que não pudessem participar fisicamente. Nos cartazes

os pedidos se diversificaram: mais verba para os hospitais, escolas melhores, menor violência, tarifa zero, combate à corrupção e até o cancelamento da Copa do Mundo de 2014.

Para Roberto Andrés (2023) “Trata-se, no fundo, de uma revolta contra um modelo econômico-político-eleitoral muito enraizado, que se concretiza nas cidades e impacta profundamente a vida cotidiana”. Naquele momento o MPL não tinha como inimigo o governo petista, muito menos tinha em suas bases o antipetismo que tomou conta de diversos grupos políticos no país nos anos seguintes, mas denunciava um sistema urbano que atendia a população com serviços precários para o favorecimento de setores do empresariado.

A história recente brasileira é, no entanto, contraditória. Se por um lado assistimos à mercantilização de cada vez mais espaços, o aumento do custo de vida e o esvaziamento de determinados movimentos sociais, por outro tivemos avanços sociais consideráveis. Um exemplo disso foi a saída do país do mapa da fome da ONU e o aumento da escolaridade da população, principalmente no que diz respeito ao acesso à universidade (Souto, 2015, p. 20).

Dessa forma, junho pode ser compreendido a partir da dinâmica entre o governo petista, em escala institucional, e as classes favorecidas por suas políticas sociais. Os avanços no campo social trouxeram à tona novas demandas e expectativas da população. Assim, as classes que emergiram da pobreza e passaram a ter maior poder de consumo e acesso a serviços começaram a exigir mais do governo e das instituições públicas. Grosso modo, as melhorias obtidas geraram expectativas de avanços ainda maiores e mais rápidos, especialmente em áreas como transporte, saúde, educação, e segurança pública. Como consequência, ocorreu um processo de insuficiência representativa, visto que o sistema representativo pode não conseguir absorver todas as exigências da sociedade, gerando um acúmulo de demandas não contempladas.

3.3 PLURALIDADE DAS MANIFESTAÇÕES

As manifestações foram marcadas por uma diversidade de demandas e participantes. Vamos analisar em que momento, e de que forma, um protesto organizado por um movimento estudantil e com demanda específica, foi explorado por outros grupos e demandas.

De acordo com Vladimir Safatle (2023, p.99), o Brasil participou da Primavera Árabe e junho de 2013 é consequência da “ressonância de descontentamentos sociais ligados ao impacto do aumento da pauperização e das dinâmicas de concentração provocadas pelo neoliberalismo”. Os avanços no acesso à educação e inclusão social, promovidos nos dez anos do PT no poder, fez

a juventude brasileira passar a reivindicar maior participação no debate público, se tornando protagonista das jornadas de junho.

Esse processo traz em seu bojo uma articulação entre reconfiguração micropolítica e desidentificação com macroestruturas. Fala-se aqui de “desidentificação” para salientar a maneira com que populações se voltam contra instituições e estruturas estatais compreendidas como esvaziadas de sua capacidade real de representação política. Tais populações não se manifestam apenas como portadoras de demandas a serem realizadas por instâncias reconhecidas de poder, mas como força destituente isso explica porque muitas dessas insurreições começam com demandas pontuais ligadas a custo de vida, a preços de combustíveis, aumento nos custos de transporte, para posteriormente passarem a expressões Gerais de desidentificação social (Safatle. 2023, p.99-100).

Com suas demandas negligenciadas pelo poder institucional, a juventude brasileira passou a se organizar de forma horizontalizada, negando qualquer subalternização a partidos políticos e sindicatos, demonstrando em junho que suas demandas já estavam aglutinadas, e iam desde a luta contra a corrupção até melhorias na educação e na saúde.

Para Queiroz (2013), o que ocorreu naquele mês não foi um movimento social, mas um fenômeno de ação coletiva. Dessa forma, enquadra esse momento no campo da chamada “nova cultura política”, que ganhou notoriedade entre a juventude pela crise das instituições.

Nesse sentido, a insurgência de 2013 se instalou como crítica aos padrões antigos e pela luta de uma democracia mais participativa, transparente e inclusiva. Os jovens tinham como princípio norteador uma renovação política, a fim de que as instituições estivessem mais alinhadas com as expectativas da sociedade. Isso pode ser percebido, por exemplo, pela diversidade de pautas presentes em junho. É verdade que a reivindicação principal, no início, foi em torno do aumento da tarifa, mas o processo de massificação do movimento culminou na dispersão de pautas, e o que vimos foi a confluência de críticas acerca de um modelo político institucional que já não atendia às exigências da sociedade.

Junho, portanto, foi a cidadania insurgente oriunda do confronto entre as cidadanias da periferia e do centro indo para rua. Foi um momento de efervescência. Afinal, a cidadania insurgente à brasileira, afirma o autor, está na cena há quase meio século e passa por ciclos, esquenta - como em junho - e esfria - como nos meses que se seguiram (Souto, 2015, p. 20).

No livro *A razão dos centavos: crise urbana, crise democrática e as revoltas de 2013*, Roberto Andrés vai na mesma linha e destaca que a redemocratização e os anos petistas produziram uma geração com maiores aspirações de formas de vida na cidade, que percebendo seu patamar

econômico, entendeu que não seria possível acessar o modelo da elite do país - como uma casa boa, carro do ano, saúde privada, educação privada e etc. -, e passa a exigir um pacote amplo de estado de bem-estar social urbano, para de fato conseguir uma qualidade de vida nas cidades. O governo entregou a inclusão econômica, social e cultural, mas no que tange a qualidade da vida nas cidades - transporte público, espaços públicos, serviços públicos - não foi entregue.

Revoltas não ocorrem apenas quando as coisas vão mal. Aparecem também quando avanços sociais que vinham tomando embalo são refreados. Ou quando esses avanços não são acompanhados por mudanças institucionais, criando um descompasso entre as aspirações da sociedade e o que os governos são capazes de entregar. O historiador francês Alexis de Tocqueville notou, já no século xix, como a Revolução Francesa fora fruto de um momento de melhora das condições de vida na França, sem que houvesse mudança institucional no mesmo rumo — em seus termos, a prosperidade inédita do reinado de Luís xvi “apressou a Revolução”. No Brasil do século xxi, deu-se um arranjo parecido. De um lado, uma nova geração empoderada, que passava a demandar formas de vida democráticas e baseadas em ideais de direitos. De outro, um modelo social engessado, privatista, incapaz de absorver a ascensão social em curso e as aspirações de mudança. O choque entre essas duas tendências marcaria as Revoltas de Junho de 2013 (Andrés, 2023, p.193).

Com o intuito de identificar do que se tratava junho, Roberto Andrés (2023) analisou mais de seis mil cartazes e o resultado mostrou que o tema principal era a questão urbana (936). No entanto, foi possível identificar, em escala menor, mais três tipos de reivindicações: serviços públicos de educação e saúde (853); rejeição à Copa do Mundo (639) e anticorrupção (885). Ainda que menos coesos, outras demandas estiveram presentes naquele mês, como os cartazes feministas e da comunidade LGBTQI+. O personagem mais criticado nos cartazes foi o Deputado Federal Marco Feliciano, que à época presidia a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e tinha o controverso projeto de uma “cura gay”.

Outro ponto reforçado pela análise dos cartazes é que as críticas aos políticos não chegaram a ser, em nenhum momento de junho de 2013, majoritariamente antipetistas. Ao contrário, nota-se que elas foram distribuídas pelo espectro político, focando-se sobretudo nos ocupantes de cargos executivos (Andrés, 2023, p. 291).

Pós-junho de 2013 o Brasil passou por uma série de momentos que marcaram a política: lava jato, impeachment, bolsonarismo e golpismo. Para alguns pesquisadores, 2013 deu condições para o surgimento de uma nova direita - até então envergonhada pelo passado ditatorial - que aproveitou as lacunas e se agigantou nas ruas, nas redes e ascendeu institucionalmente em 2018.

3.4 ORGANIZAÇÃO DE UMA NOVA DIREITA

A partir das manifestações de junho de 2013, observou-se uma nova direita no Brasil, que usou junho 2013 para defesa de suas pautas. Esta seção explorará como esse movimento se organizou, suas características e os primeiros indícios (vácuo deixado) do que viria a se consolidar como o bolsonarismo.

Em 2013 a oposição ao governo federal aproveitou das manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) para defender uma agenda neoconservadora e neoliberal, intensificando a (re)organização da direita brasileira, que demonstrou sua força com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (2016) e com a vitória de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

Autores sobre o tema apontam que Junho de 2013 teve sérios desdobramentos na cena política brasileira, influenciando a década que se seguiu - impeachment de Dilma (2016), eleição de Bolsonaro (2018) -. Outras dúvidas e olhares persistem sobre junho: Foi um movimento de esquerda ou de direita? Junho foi apropriado pela direita ou contribuiu para (re)organização de uma “nova direita”?

Uma das dificuldades de avaliação do ciclo de 2013 diz respeito à convivência entre atores de campos diferentes nas ruas. Em interpretações à esquerda, a presença dos grupos de direita significou uma espécie de mácula nos protestos. Para uns, haveria uma orquestração golpista, que teria manipulado os atos desde o início. Para outros, a direita tinha se apropriado dos protestos, após sua massificação. A primeira tese não se sustenta por nenhum parâmetro; a segunda merece ser examinada (Andrés, 2023, p. 265).

O Grupo Estudantes pela Liberdade, que vinha se mobilizando na internet, criou o MBL (Movimento Brasil Livre) no curso dos protestos de junho, pois avaliaram que o Estudantes pela Liberdade, por suas características institucionais e de financiamento, não deveria ser utilizado politicamente” (Andrés, 2023, p.264).

A comoção social gerada a partir de 13 de junho chamou a atenção dos coordenadores do Estudantes pela Liberdade. Até aquele momento, como a maior parte do país, eles não estavam dando bola para os protestos do mpl em São Paulo. Quando a onda da revolta explodiu, decidiram fazer algo. Buscaram agir rápido e com criatividade, a fim de aproveitar a oportunidade de mobilização para disputar ideias na cena pública. O Estudantes pela Liberdade fazia parte de um novo ecossistema de organizações do campo da direita no país. Com o final da ditadura e a Constituição de 1988, a palavra “direita” passou um tempo em baixa. A maior parte dos atores desse campo não tinha muito a ganhar usando o termo que ficara associado ao regime. Ao longo do primeiro governo Lula, a situação começou a mudar. O escândalo do Mensalão deu combustível para a

oposição, justamente quando novos pensamentos de direita começavam a se disseminar pelas então novíssimas redes sociais (Andrés, 2023, p.262).

A direita organizada não conseguiu se mobilizar como pretendia em junho. Recém-criado, o MBL começou a atuar, e convocou atos na última semana dos protestos de junho, mas não teve tanta adesão. A respeito disso:

Sobre a atuação da direita organizada, os dados e registros mostram que ela não chegou, em nenhum momento, a ser majoritária — nem mesmo em São Paulo. Os grupos violentos, alguns de inspiração neonazista, eram compostos por poucas dezenas de pessoas. As manifestações do mbl ou do Líber juntaram uma ou duas centenas. Mesmo a ação mais expressiva, os atos contra a pec 37, chegaram no seu auge a 30 mil pessoas, quando as manifestações no país já eram contadas na escala das centenas de milhares. E, na maior parte das cidades, não houve registros de grupos organizados como os que se mobilizaram na capital paulista (Andrés, 2023, p.267-268).

“Vinte de junho foi o dia de maiores manifestações no país. Foi também o dia com forte presença do verde e amarelo em que muitos enxergaram uma virada à direita” (Roberto Andrés, 2023, p.270).

Uma pesquisa realizada pelo Ibope nesse dia entre manifestantes de oito capitais — São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília — mostrava que melhorias no transporte público e redução das tarifas eram o principal motivo de manifestação para 37,6% dos entrevistados. Em seguida vinham transformações no ambiente político, com 29,9%, sendo a pauta anticorrupção o principal item desse conjunto (24,2%). O terceiro motivo eram melhorias na saúde pública, com 12,2% das menções (Andrés, 2023, p. 270).

Nesse sentido, “Tudo isso torna difícil sustentar a tese de que as manifestações de 2013 teriam tido, em algum momento, maioria de direita, antipetista, de discurso anticorrupção e a favor do Estado mínimo” (Andrés, 2023, p. 271). Mas é fato, a massificação dos protestos fugiu do controle do MPL e, como já mencionado, as pautas se diversificaram, dando oportunidades para que grupos de direita fizessem uso de um campo que, até então, era dominado pela esquerda: a rua.

“A difusão da internet, que vimos ter sido fundamental para o fortalecimento de visões de mundo contra-hegemônicas à esquerda, serviu também para que grupos à direita se fortalecessem” (Andrés, 2023, p.262-263). Nesse sentido, Camila Rocha (2022) aponta que a nova direita foi ganhando espaço paulatinamente, dentro das mídias sociais, e iniciou sua “reorganização”, não em 2013, mas no auge do lulismo, entre 2006 e 2010. Integrantes do que viria a ser chamada de “nova direita”, trocaram informações e se organizaram nas redes, se agigantando em manifestações contra a corrupção e, em seguida, pró-impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

Mesmo com o escândalo do Mensalão, e entre 2006 e 2010 os novos integrantes da direita não conseguiam mobilizar multidões para defesa de um eventual impeachment de Lula, tendo em vista que “Entre 2006 e 2010, o PIB do país cresceu, em média, 4,5% ao ano, a maior taxa sustentada em muitas décadas” (Roberto, 2023, p.179). Dessa forma, não era fácil se opor ao governo, ainda mais fazendo parte de uma direita marcada pela ditadura militar. A internet foi refúgio, principalmente o Orkut.

Nessa época, a internet funcionava como um refúgio para antipetistas, direitistas, ou simplesmente para quem não se sentisse representado pela bonança lulista. Sentindo-se acuada na esfera pública tradicional, tais pessoas descobriram nos meios digitais a possibilidade de encontrar outros com quem pudessem trocar ideias e se solidarizar por meio da interação em fóruns, blogs, sites e comunidades digitais. Nesse sentido, foi especialmente importante o surgimento da rede social Orkut, criada pelo Google em 2004, que acabou por se tornar o espaço principal de formação de arenas discursivas que dariam origem à nova direita brasileira. O primeiro passo nessa direção foi dado ainda no fim dos anos 1990, com a criação do já referido blog de Olavo de Carvalho (Rocha, 2022, p. 84-85).

Para Camila Rocha, a guinada da nova direita ocorreu com a reeleição de Dilma Rousseff:

Quando ocorreram as manifestações de junho de 2013 e a popularidade de Dilma Rousseff despencou, as direitas começaram a conquistar mais adeptos e simpatizantes. Mas a mudança na estrutura de oportunidades políticas decisivas para as direitas foi a reeleição de Rousseff (Rocha, 2018, p.51).

A direita ganhou fôlego com o antipetismo, resultado da operação Lava Jato. Junho de 2013 contribuiu em grande medida para uma maior atuação da nova direita, que começou a se apropriar das ruas e os grupos de direita se uniram para a campanha do tucano Aécio Neves, no segundo turno da eleição presidencial de 2014. A derrota de Aécio foi um banho de água fria, e a nova direita começou a fomentar o antipetismo e organizar protestos pró-impeachment. Em 2014 o MBL ressurgiu e passa a ser a cara da militância de direita, mobilizando em 2015 um maior número de adeptos na Avenida Paulista contra o governo de Rousseff. A partir daí a adesão de indivíduos cresceu nos protestos pró-impeachment, aliado às inúmeras notícias da operação Lava Jato, que minava o governo. O PT passou a ser sinônimo de corrupção.

À medida que as manifestações cresciam, com a ajuda da divulgação massiva por parte da grande mídia dos escândalos revelados pela operação Lava Jato, os três movimentos começaram a ganhar proeminência e passaram a receber financiamento de empresários e atores políticos de oposição, o que levantou suspeitas não apenas de da esquerda, mas também de alguns militantes importantes, que acabaram se afastando dos movimentos. Contudo, logo após o impedimento da presidenta ser consumado, os recursos voltaram a

se tornar mais escassos e os movimentos, ainda que mais fortalecidos e contando com milhares de simpatizantes a mais nas redes sociais, voltaram a contar em grande medida com seus próprios recursos (Rocha, 2018, p.52).

Na análise de Dilma Rousseff (2023), junho de 2013 não derrubou seu governo e muito menos foi a semente do fascismo, mas sim o nascimento de uma crise sistêmica da democracia capitalista no Brasil, um crescimento de um sentimento antissistêmico que foi capturado pela direita.

Parlamentares à direita, souberam jogar o jogo, aproveitaram as condições que vinham se somando há anos para depor Dilma. A nova direita se tornou forte, dentro e fora dos três poderes. Apresentou receitas simples para questões complexas, radicalizou o discurso criando “inimigos” e forjando um ambiente de medo acerca de um futuro que seria decidido nas eleições de 2018. O número de adeptos se ampliava, na ânsia de uma “nova política” que garantisse o velho status quo, que, como diziam, se encontrava “ameaçado”. Buscando firmar um discurso moral, levantaram a bandeira nacionalista e conservadora da “Deus, Pátria e Família”, passando a utilizar a religião evangélica como ferramenta, culminando na vitória de Jair Messias Bolsonaro (2018), consolidando a força da Nova Direita Brasileira.

No segundo turno da eleição presidencial de 2018, na esteira da recessão econômica, da Operação Lava-Jato, da explosão do antipetismo e do fiasco da candidatura do PSDB, lideranças evangélicas apoiaram, majoritariamente, a candidatura de Bolsonaro contra o candidato petista. Para tanto, acionaram doutrinas de guerra espiritual mescladas com conspiracionismo, fake news e farta desinformação. No governo Bolsonaro, ocuparam os ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Casa Civil, da Justiça, da Educação, do Turismo, da Advocacia Geral da União (AGU) e a Secretaria Geral da Presidência (Mariano, 2023, p. 5).

Com Bolsonaro no poder a política entrou em um imbróglio político e social pela adoção de um comportamento autoritário, por vezes reacionário, massivamente apoiado por integrantes das igrejas neopentecostais, produzindo uma constante ameaça ao estado democrático de direito.

3.4.1 Características da Nova Direita

Com forte presença nas redes sociais, os integrantes começaram a perceber características mais presentes em suas discussões nos fóruns e no Orkut.

Em pouco tempo os frequentadores de tais comunidades passaram a perceber que todos defendiam uma versão do capitalismo de livre mercado muito mais radical do que o neoliberalismo. Nas palavras do carioca Bernardo Santoro, outro ativo frequentador dos debates no Orkut: “A gente foi discutindo e alguém virou e rapidamente viu que todo mundo ali era muito radical, todo mundo ali era mais libertário do que liberal propriamente dito”. Foi justamente essa radicalidade que motivou os debatedores a eleger como seu

principal símbolo o economista austríaco Ludwig von Mises, tido como o defensor mais radical do capitalismo de livre mercado. No Brasil, a referência ao legado do economista costuma vir acompanhada da defesa de ideias sintetizadas em motes como “imposto é roubo”, “não existe almoço grátis”, “privatiza tudo!” e “menos Marx, mais Mises” (Rocha, 2022, p. 91).

De acordo com Camila Rocha (2019), a nova direita se distingue da tradicional, não só pelos novos personagens e por novas formas de atuação, mas por quebrar o pacto de 88, que era seguido pela direita tradicional em sua atuação política. “Apesar das possíveis divergências, os conservadores se uniam aos ultraliberais na defesa do livre mercado e no combate à “hegemonia cultural esquerdista”, e, nessa época, apenas alguns promoviam iniciativas voltadas para suas próprias agendas” (Rocha, 2022, p. 104).

“Há um aglomerado ideológico mais ou menos coeso que é chamado de nova direita, na qual misturam-se ideais do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo” (Carapanã, 2018, p.34). Algumas correntes são mais moderadas, enquanto outras adotam posições mais radicais. Além disso, a nova direita enfrenta críticas e controvérsias, incluindo acusações de autoritarismo, intolerância e retrocesso em questões de direitos humanos e ambientais.

De acordo com Bobbio (1995), a definição exata de que constitui a “direita” é complexa, uma vez que as ideias e plataformas políticas evoluem ao longo do tempo e variações de acordo com o contexto cultural e histórico de um país. Nesse sentido, Miguel (2018) considera difícil caracterizar a direita brasileira, já que são grupos diversos. No entanto, aponta que nos últimos anos esses grupos se uniram pela noção de um inimigo comum, sendo que setores mais extremados possuem três vertentes essenciais: libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo comunismo.

O ultraliberalismo ou libertarianismo, é um tentáculo do liberalismo que visa mínima intervenção do Estado, na economia e sociedade. Nesse sentido, o estado passaria a exercer pouca ou nenhuma regulação, na tentativa de maximizar as liberdades individuais e a eficiência econômica. Os ultraliberais acreditam que o livre mercado é o melhor mecanismo para alocação de recursos e criação de riqueza, e que a intervenção estatal só distorce esse processo, levando a resultados menos eficientes.

O ultraliberalismo, segundo Beltrão, se diferenciaria do neoliberalismo por defender a abolição de uma série de políticas e instituições advogadas pelos neoliberais, como o monopólio da moeda; o Banco Central; uma política monetária ativa; órgãos de defesa da concorrência (antitruste); agências reguladoras estatais; investimentos estatais em infraestrutura essencial como estradas e portos; educação e saúde básicas públicas;

políticas de renda mínima; harmonização das leis e impostos entre os estados. Além disso, não é incomum entre os ultraliberais a defesa de pautas liberalizantes no plano dos costumes, como a liberação do porte de armas para cidadãos comuns; do aborto; da união homoafetiva; de substâncias ilícitas como a maconha; de patentes e direitos autorais, porém, sem a existência de qualquer regulação estatal, [35] o que eventualmente gerava tensões importantes com os conservadores que circulavam nos circuitos formados por organizações e movimentos pró-mercado (Rocha, 2022, p. 103-104).

Outro aspecto dessa nova direita, é sua estreita relação com a religião, em especial a neopentecostal. O Brasil é um país de forte tradição católica, mas nos últimos anos tem passado por um rápido processo de transição religiosa, dando lugar a uma possível hegemonia evangélica. Com essa expansão, os evangélicos passaram a ter grande influência em todos os setores da sociedade. A esquerda teve dificuldade para enquadrar demandas desse grupo nos últimos anos, que logo se viu representado pela nova direita, em especial por Jair Messias Bolsonaro.

O fundamentalismo religioso tornou-se uma força política no Brasil a partir dos anos de 1990, com o investimento das igrejas neopentecostais em prol da eleição de seus pastores. [...] O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. [...] Fora do congresso, pastores com atuação política e forte presença nas redes sociais, como Silas Malafaia, dão voz à sua pauta. [...] É um discurso utilizado de acordo com senso de oportunidade de seus líderes: contribui para manter o rebanho disciplinado, imuniza-o diante de discursos contraditórios e fornece aos chefes um capital importante, isto é, uma base popular, com o qual eles negociam (Miguel, 2018, p. 20 -21).

Nesse sentido, de acordo com Ferreira (2020, p. 47) “a igreja passou a ser, em algumas situações, uma ferramenta de coerção social e cumpre com a função de manutenção da ordem, exercendo grande influência sobre as condutas de comportamento, produção de ideias e formação de consciência”. A teologia da prosperidade, que faz parte da doutrina neopentecostal, pode ser considerada como um dos pontos de encontro das igrejas neopentecostais e da direita. Aliado a isso, os dois grupos são marcados por forte neoconservadorismo e neoliberalismo.

O neoconservadorismo tem como princípio a manutenção da ordem, se mostrando contrária às mudanças aceleradas que o mundo globalizado e tecnológico passou a exigir no setor social - ainda que seja contraditório, levando em conta que se aliam ao neoliberalismo -. Além disso, para esses grupos, o que sustenta o status quo – aqui tratamos do próprio sistema capitalista - é a preservação da moral cristã, da família, dos valores tradicionais. Não é uma concepção nova.

Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um

igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal. A crise, conforme esta leitura de mundo, não era do Welfare State; para os novos conservadores o intervencionismo característico do welfare State era o principal motivo da crise. (Almeida, 2018, p. 28).

Percebemos que para a nova direita – entendida aqui essencialmente como neoconservadora – o debate primordial para defesa do sistema, é remetê-lo a questões morais. Para Ribeiro (2015) é possível dialogar com grupos mais moderados, tanto da direita quanto da esquerda, mas o extremismo que se apresenta dificulta a criação de pautas comuns. Assim, “o que distingue a extrema-direita hoje no Brasil é quase que mais uma agenda de costumes do que uma agenda política. [...] A extrema-direita está se distinguindo do restante por um ódio cabal aos direitos humanos” (Ribeiro, 2015, p.1).

Dessa forma, a nova direita surgiu como uma grande força política nas últimas décadas, aproveitando as condições dadas pelo PT, explorando enfaticamente temas como corrupção, moralidade e economia.

4. DIREITA BOLSONARISTA E AS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS: COALIZÃO

4.1 MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL BRASILEIRO, BASE DOGMÁTICA E SUAS INTERLOCUÇÕES COM A DIREITA BOLSONARISTA.

O Brasil é um país de forte tradição católica, mas nos últimos anos tem passado por um rápido processo de transição religiosa, dando lugar a uma possível hegemonia evangélica. De acordo com a pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid), existiam 17.033 templos evangélicos em 1990, em 2019 foram contabilizados 109.560, um crescimento de 543% em três décadas. Dado o contexto histórico do Brasil, esse fenômeno não pode passar despercebido.

Com o crescimento vertiginoso, o estudo do campo evangélico no país tem se mostrado desafiador pelo seu caráter diverso e de distintas interpretações, mas podemos dividi-lo em dois grupos: Igrejas Protestantes históricas e as Igrejas Pentecostais. A principal diferença é o fato do segundo grupo acreditar que Deus continua operando, por meio do Espírito Santo, como no cristianismo primitivo (expulsando demônios, fazendo milagres, dando poderes espirituais para seus discípulos, bem como conversando com seus seguidores) (Mariano, 2014). Esse “boom” acabou fortalecendo todas as denominações, mas o destaque fica exatamente para a vertente pentecostal, que começou a se popularizar na década de 50, com os novos métodos de evangelização e, acima de tudo, com forte foco na chamada “cura divina”. Dados demonstram que entre 2010 e 2019, foram abertas 13.825 igrejas pentecostais no país.

A partir de uma análise histórico-institucional, o pentecostalismo brasileiro foi classificado em três grandes ondas: Pentecostalismo Clássico, Deuteropentecostalismo e Neopentecostalismo. O Pentecostalismo Clássico teve início em 1910 com a fundação da Congregação Cristã do Brasil, em São Paulo, e com a Assembleia de Deus, inaugurada em 1911, em Belém. Esse movimento predominou até 1950, espalhando-se paulatinamente pelo país. Seus seguidores eram, em sua maioria, pessoas de baixa renda e com pouca escolaridade, caracterizando-se pelo anticatolicismo, ênfase no dom de línguas e pela crença na iminente volta de Cristo. Além disso, adotavam uma postura sectária e ascética em relação ao mundo exterior (Mariano, 2014).

Apesar de pretender manter-se irremovível em seu tradicionalismo, a Congregação Cristã vem sofrendo pequenas alterações na área de usos e costumes e em sua composição social.

Já a Assembleia de Deus desde 1989 cindida em duas denominações mostra-se mais flexível e disposta a acompanhar certas mudanças que estão se processando no Movimento Pentecostal e, apesar da defasagem. Seu recente e deliberado ingresso na política partidária e na TV, em busca de poder, visibilidade pública e respeitabilidade social ao lado de outras transformações internas, sinaliza de modo irrefutável sua tendência à acomodação social à dessecralização (Mariano, 2014, p.30).

A segunda onda, classificada por Mariano (2014) como deuteropentecostalismo, se inicia em 1950, ano em que o pentecostalismo brasileiro foi considerado o terceiro maior do mundo. Esse segundo momento foi marcado pelo surgimento de três igrejas: a igreja do Evangelho Quadrangular em 1951, a Igreja Pentecostal do Brasil para Cristo em 1955 e a Igreja Pentecostal Deus é Amor em 1962. A característica primordial é a ênfase na cura divina, uso das mídias modernas (principalmente o rádio) e atenção voltada para as classes mais baixas (Picolotto, 2016). “Com mensagem sedutora e métodos inovadores e eficientes, atraíram além de fiéis e pastores de outras confissões evangélicas milhares de indivíduos dos extratos mais pobres da população” (Mariano, 2014).

A ênfase teológica no dom de cura divina, a partir dos anos 50, foi crucial para a aceleração do crescimento e diversificação institucional do pentecostalismo brasileiro. [...] É unânime entre os pesquisadores norte-americanos a ideia de que o evangelismo baseado na cura foi o grande responsável pela explosão Pentecostal em diversas partes do mundo [...] (Mariano, 2014, pg. 31).

O corte histórico-institucional da primeira para a segunda onda, realizado por Mariano (2014), “é justificado pelos 40 anos que os separam, mas teologicamente não existe grande diferença, se diferenciam apenas pela ênfase que conferem a um ou outro dom do Espírito Santo”. Ou seja, no Período Clássico a ênfase é no dom de línguas e no deuteropentecostalismo a ênfase é de cura (Mariano, 2014). Já o neopentecostalismo, terceira onda, surge na década de 70 e vai se fortalecendo nas décadas de 80 e 90, com a influência de igrejas carismáticas norte-americanas e seu forte interesse nas sociedades latinas. Diferente das duas primeiras ondas, apresenta grande diferença quanto ao núcleo doutrinário, sendo uma vertente menos sectária e com uma teologia marcadamente de “afirmação do mundo”.

Esta ruptura com o sectarismo e o ascetismo puritano constitui a principal distinção do neopentecostalismo. Isso representa uma mudança muito grande nos rumos do Movimento Pentecostal a ponto de se poder dizer que o neopentecostalismo constitui a primeira vertente Pentecostal de afirmação do mundo (Mariano, 2014, pg. 36).

As principais igrejas do neopentecostalismo são a Universal do Reino de Deus (Rio, 1977), Internacional da Graça de Deus (Rio, 1980) e Cristo Vive (Rio, 1986). "O prefixo Neo mostra-se apropriado para designá-la tanto por remeter a sua formação recente como o caráter inovador do neopentecostalismo" (Mariano, 2014). Mariano (2014) aponta três aspectos fundamentais para identificar uma igreja neopentecostal: forte ênfase em uma guerra espiritual contra o diabo; Teologia da prosperidade (possuindo uma estrutura marcadamente empresarial e, muitas vezes, com "fins lucrativos"); flexibilização dos códigos morais e comportamentais associados ao ideal de santidade. Abaixo discutiremos sobre os principais aspectos e teologias do neopentecostalismo, apontando características que o aproxima da Direita Bolsonarista.

4.1.1. Teologia da Prosperidade

Miguel (2018), acredita que a vertente neopentecostal, com a crença na "teologia da prosperidade" (TP) contribuiu para dissolver a solidariedade de classe, compartilhando com seus fiéis a defesa do empreendedorismo, transformando a fé em investimento a ser *retribuído por Deus*. Para alguns, o neopentecostalismo radicaliza o que Weber denunciava no livro *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

A riqueza, para eles, é sinal de que Deus está abençoando, tocando. "Foi o televangelista Oral Roberts quem criou a noção de "Vida Abundante", e deu início à doutrina da prosperidade, prometendo retorno financeiro sete vezes maior do que o valor ofertado" (Mariano, 1999, p. 152). O dízimo é uma prática que não se fazia presente nas igrejas protestantes históricas (metodista, batista, anglicana, presbiteriana), e que passou a ser "vendido" por líderes neopentecostais como fator obrigatório para que o cristão tenha acesso a uma vida próspera.

Segundo Lemos (2017, p.81), "O Brasil foi bombardeado pelos postulados da TP a partir do século XX, momento protagonizado pela fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) pelo bispo Edir Macedo". A IURD, maior igreja neopentecostal do Brasil, dar forte ênfase na ascensão social dos fiéis, adotando práticas como o "culto" denominado "prosperidade com Deus", que ocorre uma vez por semana, e é descrito, no site da Igreja, como "palestra motivacional para o sucesso financeiro".

O mercado de trabalho está cada vez mais competitivo. Por isso, é de vital importância aprender a utilizar a ferramenta mais poderosa que o ser humano possui para enfrentar qualquer obstáculo: a fé. A reunião da "Prosperidade com Deus" é a palestra da Universal

voltada especialmente a quem busca mudança na vida profissional e, consequentemente, na vida financeira.(UNIVERSAL, 2024).

Essa relação do neopentecostalismo e a busca por uma vida recheada de riquezas a serem consumidas no “aqui e agora”, demonstra certa intensificação no que Weber apontou em seu livro.

Embora exista essa relação entre a fé e a riqueza nos dois casos, existe uma diferença importante entre a abordagem que Weber descreve sobre a acumulação de riquezas na ética protestante calvinista e a TP pregada por muitos grupos neopentecostais. Weber constatou que a ética protestante, em particular a calvinista, promovia uma forma de racionalização da vida, onde os indivíduos eram incentivados a se dedicar ao trabalho produtivo e a acumular riquezas como uma prova de sua eleição divina. Já o neopentecostalismo, por ser uma vertente marcadamente de “afirmação do mundo”, o fiel não busca aquisição de riqueza para “provar” sua relação com Deus, mas o faz como qualquer outro indivíduo: para usufruir de suas riquezas neste mundo (Mariano, pg. 184-185). Ou seja, os neopentecostais buscam a riqueza como uma manifestação direta da ação divina no presente.

[...] baseia-se na defesa da prosperidade como algo legítimo e mesmo desejável ao cristão, no estímulo ao consumo e progresso individual e em acentuado materialismo. Nascida nos EUA, a Teologia da Prosperidade não tece uma única crítica sequer ao capitalismo, nem à injustiça e desigualdade sociais, nem aos desequilíbrios econômicos no mundo globalizado (Mariano, pg. 185).

E é nesse sentido que o neopentecostalismo e o neoliberalismo compartilham muitos princípios, especialmente no que tange a ênfase no individualismo (responsabilização individual), no livre mercado (ou fé como meio de acesso à prosperidade) e na legitimação e/ou normalização das desigualdades sociais. As duas ideologias são praticadas em uma perspectiva em que o sucesso material só pode ser alcançado através do esforço individual, seja através da fé (na teologia da prosperidade) ou da competência no mercado (no neoliberalismo). Essa visão, em ambos os casos, nega a legitimidade de políticas compensatórias e programas sociais, que são tratados como "interferências" no mérito individual ou na vontade divina.

Dessa forma, enquanto a teologia da prosperidade coloca a riqueza como uma bênção divina a ser conquistada e desfrutada no presente, o neoliberalismo se concentra mais em um sistema de mercado que favorece aqueles que têm a capacidade de competir, frequentemente deixando de lado os impactos estruturais das desigualdades econômicas.

A teologia da prosperidade, que faz parte da doutrina neopentecostal, pode ser considerada como um dos pontos de encontro das igrejas neopentecostais e do Bolsonarismo. Para além da defesa da “moral cristã”, os neopentecostais têm no cerne de suas práticas interesses ligados à própria igreja, como instituição, o que se configura na participação política. Assim, essa vertente possui uma abordagem financeira e institucional, visando expandir sua influência e proteger seus interesses financeiros.

4.1.2. Guerra Espiritual

Uma das características do neopentecostalismo é a pregação exacerbada da guerra espiritual. Ainda que no pentecostalismo clássico e no deuteropentecostalismo a guerra estivesse presente, no neopentecostalismo ela encontra a presença e ação do diabo em toda e qualquer coisa, trabalhando até mesmo com a invocação de demônios nos cultos (Mariano, 2014).

Mas se ficaram menos sectários e menos distintos, permaneceram intransigentes no plano religioso. A intransigência discursiva do Pentecostal, de todas as matizes, deriva de sua convicção de possuir, com exclusividade, a verdade divina e constitui forma de auto-afirmação e defesa de sua identidade religiosa. Ligeiramente arrogante e portador de certezas congeladas, jamais omite as vantagens de ser crente nem relativiza sua opção religiosa (Mariano, 2014, pg. 116).

A “guerra santa” se refere então a conflitos realizados sob a justificativa de motivos espirituais ou divinos, buscando proteger ou expandir uma fé específica. Na política, essa narrativa é utilizada para consolidar apoio entre os fiéis, vinculando determinadas políticas ou partidos (geralmente progressistas ou seculares, como o PT) a ameaças espirituais. Isso transforma o engajamento político em uma extensão da batalha religiosa, promovendo candidatos que se comprometem a defender valores associados à fé cristã. Tal associação reforça a participação ativa das igrejas em campanhas políticas, influenciando decisões eleitorais e debates públicos.

Elcio Sant’Anna (2021, p.180-181) afirma que alguns grupos cristãos fundamentalistas encontraram no Antigo Testamento os fundamentos de um movimento restaurador de um povo, que em meio ao caos, precisa fazer valer os valores e a moral do cristianismo, pois estão sendo corrompidos por “agentes do Diabo”. Inserindo essa visão no contexto que estamos analisando, Bolsonaro tinha a missão, como a então primeira-dama, Michelle Bolsonaro, falou em 2022, de derrotar o “inimigo das trevas”. Remetendo assim a própria guerra espiritual adotada pelos neopentecostais. Nessa luta do bem contra o mal, a direita age causando pânico social ao criar e

compartilhar “inimigos comuns”. Grosso modo, o Partido dos Trabalhadores (PT) representou o próprio agente do Satanás, pois é visto como defensor do comunismo, socialismo, marxismo, ideologia de gênero, ateísmo, diversidade religiosa e etc., temas explorados pela extrema direita a fim de causar medo em grupos conservadores e religiosos. O Pastor e Deputado Federal Marco Feliciano, grande apoiador de Bolsonaro, publicou em sua conta X (antigo twitter), em 2022, “Crente que vota nesse homem apostata da fé! É fazer pacto com o maligno!”, se referindo a Lula.

Em discurso no início de 2024, Bolsonaro também aciona a guerra espiritual, “*Meu Deus, o povo brasileiro não merece viver este momento, onde tão poucos causam tanto mal a tantos. Sabemos que o mal não é eterno, e, como está escrito na Bíblia, devemos fazer tudo que está ao nosso alcance. Quando não for mais possível, entreguemos nas mãos de Deus*”, colocando o PT como “inimigo” por não governar sob a égide bíblica. Interessante observar que a direita passou a adotar um fundamentalismo político que se assemelha às intenções de vários grupos neopentecostais, muitas vezes adotando a guerra espiritual para justificar a necessidade de vitória sob adversários políticos e alinhando o discurso econômico à teologia da prosperidade.

Os adeptos de Bolsonaro se parecem com um fundamentalista ou um extremista, acionando a religião para justificar seus atos inconsequentes. Porém, um discurso político por si só não se sustentaria [...] É preciso um suporte emocional [...] Qual a religião é inquestionável, assim como o extremismo de direita? A igreja evangélica. É nesse sentido que a igreja se alia à política (Ferreira, 2020, p.49).

Na visão de Ferreira, temos dois campos de poder que se aliam para o alcance de seus objetivos. Esses poderes, pelo uso da coerção moral, parecem complexos para se identificar. O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p.7).

Em consonância com a ideia de que o Brasil passa por uma guerra espiritual, a teologia do domínio surge como ideário de dominação sociopolítica, uma concepção de recristianização da sociedade pela via político partidário, educacional e também através da mídia.

4.1.3. Teologia do Domínio (TD)

“Não se deve pensar que a TD representa um projeto coeso de um grupo evangélico monolítico, mas um enfeixamento de crenças — radicais ou moderadas — com diversas contradições entre si” (Pereira, 2023). A Teologia do Domínio tem como princípio a interpretação

literalista do antigo testamento. Essa teologia surgiu a partir do movimento “Reconstrucionista Cristão” americano, e tem como objetivo “dominar” todas as esferas da sociedade (política, educação, cultura, economia), estabelecendo o reino de Deus na terra. Para tanto, tem como base a passagem de Gênesis, 1:28.

Em Gênesis 1:28 diz: *"E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra"*, o que para fundamentalistas e literalistas a palavra “dominar” significa uma ordem de Deus para que moldem o mundo de acordo com princípios e leis bíblicas, o que se daria com o domínio de todas as áreas da criação.

Dados de um recente estudo realizado no Brasil, pelo Ipsos, foram divulgados em junho de 2024, revelando um nível significativo de apoio a esse tipo de governança, superando até o apoio a um eventual regime militar.

33% dos brasileiros acreditam que um sistema governamental baseado em leis religiosas, sem eleições ou partidos políticos, seria benéfico para o país. [...] Mil brasileiros com mais de 18 anos foram entrevistados para o estudo. Embora 82% dos entrevistados no Brasil tenham indicado preferência pela democracia como o melhor sistema político, o apoio a um regime semelhante ao mencionado superou o suporte ao regime militar, obtendo 32% de aprovação (Arandas, 2024).

Nos termos de M. Cunha (2020, p. 18), a TD é justamente “a busca da reconstrução da teocracia na sociedade contemporânea, no cumprimento da predestinação dos cristãos/ãs ocuparem postos de comando no mundo (presidências, ministérios, parlamentos, lideranças de estados, províncias, municípios, supremas cortes) – o domínio religioso cristão – para incidirem na vida pública”. Nos últimos anos cresceu o número de evangélicos ocupando cargos no congresso, mas no governo Bolsonaro se intensificou. Durante culto realizado pela Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados, em julho de 2019, o ex-presidente da República afirmou:

O estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou para plagiar a minha querida Damare [Alves, ministra]: Nós somos terrivelmente cristãos. E esse espírito deve estar presente em todos os poderes. Por isso, o meu compromisso: poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal (STF). Um deles será terrivelmente evangélico. Esta promessa se concretizou dois anos depois com a indicação do pastor presbiteriano André Mendonça para o cargo. Um mês depois do culto, em agosto do mesmo ano, Bolsonaro buscou agradar seus apoiadores evangélicos quando defendeu que o presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), órgão federal de incentivo à indústria audiovisual atualmente vinculado ao Ministério do Turismo, deveria ser evangélico. E mais: um evangélico que, em suas

palavras, conseguisse “recitar de cor 200 versículos bíblicos, que tivesse os joelhos machucados de tanto ajoelhar e que andasse com a Bíblia debaixo do braço” (Cunha, 2021)

Edir Macedo (2008) acredita que uma nação liderada por cristãos, têm maior chance de atender as demandas humanas de maneira mais justa.

Mais importante que qualquer nobre referência filosófica que se possa dar é o próprio entendimento e a proposta de Deus de que uma nação governada por Seus dirigidos pode proporcionar o suprimento dos anseios de todos os homens e mulheres de boa vontade. Para que tudo isso se realize o mais brevemente possível, é importante que haja o envolvimento e a participação dos cristãos no processo político do país (Macedo, 2008, p. 111).

A expressão "homens e mulheres de boa vontade" é problemática, implica certo foco em beneficiar aqueles que agem de forma “honesta” e que “buscam o bem comum”. No entanto, o que é buscar o bem comum para Edir Macedo? Provavelmente esteja associado à defesa de uma sociedade estruturada segundo valores cristãos. Fica claro a TD em curso, ou seja, é necessário a participação direta dos cristãos no chamado “mundo secular”. Aparentemente, Jair Bolsonaro aproveitou o interesse evangélico na política e soube captar com sucesso o público no Brasil, utilizando uma estratégia política cuidadosamente construída para atrair esse segmento. “O nível de sinceridade e de oportunismo nesse movimento de Bolsonaro em direção aos evangélicos é algo que cabe a Deus julgar. Mas é fato que ele enxergou um contingente do Brasil profundo até então invisível” (Alexandre, 2020).

Há mérito, e não é pequeno, no fato de Jair Bolsonaro reconhecer a importância desse contingente enorme da população brasileira chamado "evangélicos". Trata-se de uma fatia demográfica que, já em 2010, incluía 26 milhões de pessoas, a maioria delas negra e parda e do sexo feminino, ganhando menos de dois salários mínimos por mês (Alexandre, 2020, pg. 146-147).

Para Pereira (2023, p. 150) “o fenômeno político-religioso no Brasil tem relação com o êxito da Teologia do Domínio nos EUA, onde o voto evangélico foi conquistado pelo Partido Republicano a partir dos anos 1980, sendo a eleição de Trump o seu ato mais recente”. Ou seja, o fenômeno político-religioso no Brasil não é isolado, mas parte de uma dinâmica global influenciada pela estratégia política e religiosa dos EUA. Isso levanta questões sobre a influência de ideologias externas na política nacional e sobre o papel da religião no processo democrático, especialmente no que diz respeito à pluralidade de ideias e ao respeito a diferentes crenças.

4.2 BOLSONARISMO E A INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DO NEOPENTECOSTALISMO.

Nessa parte, buscamos identificar os momentos-chave em que essa aliança começou a se formar e a se fortalecer, até atingir o cenário político atual. Nesse sentido, o método utilizado consistiu em analisar uma série de entrevistas e palestras de Jair Bolsonaro - retiradas diretamente do canal oficial do Youtube do ex-presidente -, com uma média de dez vídeos por ano, bem como todas as transcrições das entrevistas e palestras utilizadas nesta pesquisa. O recorte temporal foi estabelecido de 2013 a 2018, por abranger os anos que antecederam sua eleição presidencial, permitindo identificar possíveis mudanças temáticas e estratégicas no discurso para se apresentar como candidato “ideal” do público neopentecostal.

A seguir foi colocado as principais impressões sobre os discursos do ex-presidente, dividido por ano, a fim de facilitar as percepções sobre uma possível instrumentalização religiosa.

2013

O principal momento de aproximação com o público evangélico acontece em sua participação na Marcha para Jesus, onde Bolsonaro declara:

"Eu sou católico, casado com evangélica [...] minha atuação eu considero um dom de Deus. A oportunidade que eu tenho de estar dentro do Congresso e poder usar com todas as forças que Deus me deu a palavra em defesa da família em defesa da sociedade em defesa da liberdade religiosa e da liberdade de expressão. [...] temos o mesmo objetivo" (Jair Bolsonaro, 2013 [28s]).

Ele enfatiza a importância da família como base da sociedade e encerra com o slogan "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" (Jair Bolsonaro, 2013 [1min49s]), que viria a se tornar central em sua campanha eleitoral em 2018. Essa fala sugere um esforço inicial para construir um vínculo com a comunidade evangélica, reconhecendo sua força política e influência social.

2014

Bolsonaro intensifica os discursos em defesa da família e contra temas como a "ideologia de gênero" e o "kit gay". Em debates sobre projetos como o PL 122 (criminalização da homofobia), ele associa sua posição contrária à defesa de valores cristãos e à preservação da moralidade pública, argumentos que dialogam diretamente com pautas relevantes para os evangélicos. Ele também

menção explicitamente o apoio recebido da bancada evangélica em algumas votações, reforçando um alinhamento estratégico com esse grupo (Bolsonaro, 2014).

2015

A conexão com o público evangélico fica ainda mais clara. Em entrevistas, Bolsonaro critica políticas e ministros do governo Dilma Rousseff, associando-os a iniciativas que, segundo ele, ameaçam a família tradicional e os valores cristãos. Ele menciona diretamente o rompimento do apoio de evangélicos ao PT devido a essas políticas, como no caso da nomeação de Eleonora Menicucci, a quem critica abertamente por declarações públicas sobre sexualidade. Além disso, ele cita a rejeição ao "kit gay" como parte de sua plataforma de defesa da família, consolidando-se como um defensor de pautas moralmente conservadoras.

2016

Bolsonaro começou a associar de forma mais clara sua imagem ao discurso de valores cristãos e conservadores, frequentemente mencionando Deus e a defesa da família tradicional. Em algumas entrevistas, ele tece críticas “apaixonadas” a políticas progressistas, como a "ideologia de gênero", e reforça a necessidade de preservar os valores morais da sociedade brasileira. Em declarações como *"Estou nessa briga como se fosse uma missão do povo brasileiro, mas acima de tudo uma missão de Deus"* (Jair Bolsonaro, 2016 [11s]), ele reforça um apelo religioso que parece mirar na conexão emocional com comunidades de fé. Esse discurso sugere um esforço consciente para se apresentar como defensor de uma agenda alinhada com os valores evangélicos.

2017

A retórica pró-valores cristãos e a aproximação com o público evangélico tornam-se mais evidentes. Bolsonaro menciona explicitamente o slogan "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", que combina nacionalismo com religiosidade, elementos que ressoam fortemente com o público evangélicos.

[...] não tenho obsessão pelo poder. Entendo, se assim acontecer, que seja uma missão de Deus. A cruz é mais do que pesada, mas ele não nos dá nada que não possamos carregar. Juntos, nós podemos sonhar com um Brasil melhor. E peço a Deus que não tenha sangue nesse caminho pela intolerância do outro lado que, por ironia, nos acusa de intolerantes (Jair Bolsonaro, 2017 [22min9s]).

Ele também critica iniciativas que, de acordo com ele, atentam contra a moralidade e a família, como programas escolares que discutem sexualidade e diversidade.

Paulatinamente, Bolsonaro consolida sua posição como defensor dos valores tradicionais, enquanto critica o "politicamente correto" e políticas progressistas, buscando se colocar como único moralmente alinhada às crenças cristãs.

2018

Durante o período eleitoral, a relação com o público evangélico é consolidada como estratégia central de campanha. Bolsonaro recebe apoio público de líderes evangélicos e destaca a simpatia desse público por sua candidatura, referindo-se ao seu compromisso com valores cristãos e à defesa da família tradicional como pilares de sua plataforma. Em debates e entrevistas, ele associa valores conservadores à necessidade de combater uma suposta ameaça à moralidade brasileira, e o apoio de igrejas evangélicas é evidenciado como fundamental para sua campanha. Ele se posiciona como um "candidato escolhido por Deus" para enfrentar os desafios do Brasil, alinhando-se à narrativa religiosa de missão e propósito divino. O uso explícito dessa retórica durante o período eleitoral aponta para uma estratégia deliberada de mobilização do voto evangélico.

4.2.1 Análises

Em várias entrevistas, Bolsonaro citou estar cumprindo uma "missão de Deus" para salvar o país. Essa narrativa ecoa discursos de líderes evangélicos (em grande maioria lideranças da corrente neopentecostal), que costumam associar eventos políticos a um propósito espiritual maior. Isso não apenas legitima sua candidatura junto ao público evangélico, mas também mobiliza a fé como motor de engajamento político, conectando espiritualidade e ação eleitoral.

Construindo sua imagem à semelhança dos líderes religiosos carismáticos de tantas igrejas brasileiras, Jair Bolsonaro se vendeu como porta-voz da verdade; o escolhido livrado da morte para salvar o Brasil; aquele que, a despeito de seu despreparo, contava com Deus para capacitá-lo; o único com a coragem para interromper o avanço das minorias e proteger os crentes do perigo do “mundo” (Alexandre, 2020, pg.82).

Assim, angariou apoio de importantes lideranças pentecostais com suas falas em defesa da “família”, como Edir Macedo (IURD) e Silas Malafaia. Edir Macedo declarou apoio a Bolsonaro por sua intensa defesa da moralidade e dos valores cristãos. “Os professores estão instruindo (os

alunos): 'olha, você tem direito de escolher ser menina se você é menino. Ou você, menina, pode escolher ser menino'. É isso que estamos vendo nas escolas" (BBC News Brasil, 2018), disse Edir Macedo. A TV Record, pertencente ao grupo Universal, também se tornou um veículo importante na promoção da imagem de Bolsonaro.

Silas Malafaia já tinha uma relação antiga com Bolsonaro, foi ele quem realizou a cerimônia de casamento entre Bolsonaro e sua atual esposa, Michelle Bolsonaro, em 2013. Malafaia utilizou massivamente suas redes sociais para criticar adversários de Bolsonaro, como Fernando Haddad, com acusações de promoção de uma agenda contrária aos valores evangélicos. “Esse cara (Bolsonaro) tem gana de melhorar o Brasil, temos que dar um basta a essa gente que roubou durante 13 anos. Bolsonaro é a favor dos valores da família, é contra essa bandidagem de erotizar crianças em escola, que toda a esquerda quer.” (BBC News Brasil, 2018).

Como o próprio Bolsonaro mencionava antes da disputa eleitoral, ele já tinha a “simpatia” dos evangélicos e “Depois de meses e anos investindo nessa construção, colheu exatamente o que colhem os líderes religiosos: a submissão incondicional” (Alexandre, 2020). Essa simpatia foi conquistada com o uso recorrente de temas que causam repúdio da comunidade evangélica, os principais observados nas entrevistas foram: Defesa exacerbada da família tradicional, contra a "ideologia de gênero"; Crítica ao "kit gay" e à sexualização nas escolas; Defesa de valores cristãos como base da sociedade; Uso de slogans que mesclam nacionalismo e religiosidade ("Deus acima de todos").

Em 2017, quando perguntado se “A escola tem ou não que ter partido? Tem ou não que ter uma ideologia?” Foi direto ao responder “Não, não tem que ter ideologia nenhuma. O professor não pode abusar daquela plateia cativa para impor a tua ideologia pra garotada. Então somos favoráveis à escola sem partido” (Jair Bolsonaro, 2017). No mesmo período, houve uma mobilização da bancada evangélica no Congresso para defender pautas como o Escola Sem Partido e a oposição ao aborto, temas recorrentes nos discursos do ex-presidente. O que demonstra certa sinergia.

Eventos como a Marcha para Jesus se tornaram palcos importantes para Bolsonaro reforçar essa conexão. Acompanhado do então deputado e pastor Magno Malta (na época cotado para ser vice na chapa de Bolsonaro) e do também Pastor Silas Malafaia, Bolsonaro esteve presente na Marcha de 2018 em São Paulo, e declarou abertamente ser pró-valores cristãos, e se aproximou ainda mais do eleitorado evangélico. Ele também já havia marcado presença na edição carioca da

Marcha para Jesus, em 2014 e 2015. Acabou se tornando o candidato preferencial desse grupo, recebendo apoio público em eventos e redes sociais. Sobre ter Magno Malta como vice, chegou a declarar:

Até o momento, o meu noivo chama-se Magno Malta. Mas eu tenho que contar com a possibilidade, sim, para não ser surpreendido, espero que não, com o noivo me abandonando no altar. [...] Espero fechar com o Magno Malta. [...] Ele tem a opção de concorrer à reeleição ao Senado pelo PR. Falando do Magno agora, tem um tremendo trabalho de defesa da criança, combatendo a pedofilia, contra a questão do aborto, brigando, realmente pelos valores familiares. Isso agrega muita coisa (Jair Bolsonaro, 2018, [19min27s]).

Outro momento emblemático pode ser citado para constatar essa “aproximação”, como o batismo de Bolsonaro no rio Jordão, em Israel, em companhia do pastor Everaldo Pereira, do PSC (Partido Social Cristão).

Os temas de apelo moral, participação em eventos religiosos, aproximação de importantes líderes religiosos e a narrativa de combate ao “inimigo” moral e político (representado pelo PT e suas políticas progressistas) sugerem que a aproximação de Bolsonaro com as igrejas evangélicas foi cuidadosamente planejada e implementada ao longo do período. Ou seja, a combinação dessas estratégias indica uma apropriação das pautas religiosas pelas lideranças políticas de direita, transformando o apoio evangélico em uma base decisiva para sua eleição.

Por outro lado, houve uma mudança de estratégia do grupo neopentecostal. O artigo do Instituto Humanitas Unisinos fez uma discussão acerca da mudança de estratégia das candidaturas evangélicas e como isso acabou contribuindo para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Historicamente, os líderes evangélicos no Brasil incentivavam a sua base a votar em candidatos da própria comunidade religiosa. Mas em 2018, houve uma mudança significativa: em vez de promoverem apenas candidatos evangélicos, muitos líderes passaram a apoiar um candidato presidencial que defende valores alinhados aos princípios conservadores da comunidade evangélica. Bolsonaro caiu como uma luva. Para Christina Vital da Cunha:

Eu criei essa noção do “ADE” (Aliados dos Evangélicos) para conseguir pensar as estratégias mobilizadas pelos evangélicos nessas eleições, tanto para o Executivo quanto para o Legislativo. É aquele candidato que, no jogo de ocultação e revelação de suas bases religiosas, busca atingir um público mais extenso. Isso em termos de uma candidatura majoritária é muito significativo porque o candidato de nicho é importante e tem sucesso na disputa proporcional, mas no Executivo isso é bastante limitador. Basta a gente ver que as candidaturas mais identificadas com o universo evangélico, inclusive em 2014 com o Pastor Everaldo (PSC) chegando em 5º lugar, e agora em 2018 com a Marina Silva (REDE), que é evangélica e trabalhou nas suas bases e com lideranças evangélicas uma gramática, tiveram um fracasso significativo, assim como o próprio Cabo Daciolo

(Patriota), que se apresentava como uma candidatura confessional evangélica. Então se apresentar como ADE se mostrou bastante importante. As duas candidaturas que tiveram sucesso retumbante, o Bolsonaro e o Witzel no Rio de Janeiro, usaram dessa estratégia. Porque o Bolsonaro se batizou nas águas do Rio Jordão com o pastor Everaldo em 2016 e se filiou ao PSC e quando saiu do PSC e foi pro PSL, começou a se apresentar como católico – embora tenha uma mulher evangélica e tenha trabalhado toda essa base (Agência Pública, 2018).

Combinando a análise das transcrições com os apontamentos de Christina Vital, é possível argumentar que, embora a conexão inicial de Bolsonaro com o público evangélico possa ter tido elementos "naturais" (como a identificação com valores cristãos e familiares), sua consolidação foi claramente estratégica (e benéfica para ambos os lados). Isso fica evidente com a adoção de narrativas religiosas alinhadas ao projeto político evangélico, como a ideia de missão divina e a defesa explícita de valores cristãos; aproveitamento das redes evangélicas para amplificar sua mensagem e angariar apoio, especialmente em momentos cruciais da campanha e por fim construção de alianças com lideranças evangélicas influentes, garantindo não apenas votos, mas também legitimidade moral e política.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi dividido em três partes, objetivando explorar o perfil da direita bolsonarista, o contexto do país que favoreceu sua ascensão e, por fim, a relação dessa direita com o movimento neopentecostal. A pesquisa revelou um quadro multifacetado que explica a consolidação de um projeto político baseado na articulação entre valores conservadores, neoliberais e uma base religiosa engajada. A ascensão do bolsonarismo ocorreu em um contexto de crises institucionais, políticas e sociais, encontrando terreno fértil para emergir como uma força política dominante, redefinindo o espaço público e as dinâmicas de poder no Brasil contemporâneo. Como a própria ex-presidenta Dilma pontuou, a partir das jornadas de junho a direita conseguiu se apropriar do sentimento antissistêmico da sociedade e apresentou um novo projeto para o país, adotando um discurso conservador, economicamente neoliberal e anticorrupção. A combinação entre uma retórica moralizante e uma estratégia de comunicação eficaz moldou um discurso capaz de capturar tanto o descontentamento popular quanto as demandas de setores religiosos específicos, consolidando uma narrativa que apelava a diferentes parcelas da sociedade.

Nesse sentido, a fragmentação política e a desilusão com partidos tradicionais desempenharam um papel central na construção desse cenário. A crise de representatividade, acentuada por escândalos de corrupção e a percepção de ineficácia governamental, abriu espaço para lideranças que se apresentaram como "outsiders". Bolsonaro, com sua retórica direta e polarizadora, capitalizou essa insatisfação, utilizando as redes sociais como catalisador de uma campanha que se distanciava das estratégias convencionais. Esse modelo de comunicação descentralizada não apenas desafiou a hegemonia midiática tradicional, mas também permitiu um alcance mais amplo e segmentado, conectando-se a públicos variados com mensagens personalizadas e mobilizadoras.

Além disso, o declínio econômico e o aumento das desigualdades sociais serviram como catalisadores para a emergência de discursos que apelavam ao conservadorismo e à nostalgia de uma suposta ordem social perdida. Esses fatores foram explorados pela direita bolsonarista, que utilizou um discurso antielitista para consolidar o apoio de camadas populares, ainda que tenha favorecido, em grande medida, os setores historicamente privilegiados do país. A ideia de uma ruptura com o "sistema" se tornou central para a narrativa bolsonarista, sendo habilmente alinhada a elementos da teologia neopentecostal. Essa convergência simbólica, ao conectar religião e política, forneceu uma base sólida para o projeto político em ascensão.

O contexto internacional também influenciou diretamente o fortalecimento do discurso bolsonarista. Movimentos semelhantes em outros países, como o trumpismo nos Estados Unidos, forneceram um modelo de campanha e governança baseado na combinação de conservadorismo cultural e neoliberalismo econômico. Essa influência não foi apenas simbólica, mas também estratégica, com trocas de apoio e inspiração entre figuras políticas e religiosas desses contextos. Esse fenômeno global aponta para um momento histórico em que discursos polarizadores encontram ressonância em sociedades marcadas por desigualdades crescentes e insegurança generalizada, criando um ciclo de reforço mútuo entre ideologias conservadoras e práticas neoliberais.

A aproximação estratégica entre Jair Bolsonaro e as igrejas neopentecostais foi evidenciada em diversos momentos ao longo de sua trajetória política. Utilizando suas redes sociais como ferramenta de mobilização e comunicação direta, Bolsonaro não apenas se aproximou das lideranças religiosas, mas também incorporou elementos de suas práticas discursivas. Por meio das bases congregacionais, consolidou um projeto político conservador robusto, fundado na defesa de valores tradicionais e na rejeição a pautas progressistas. Essa relação, que inicialmente pareceu surgir de forma espontânea, rapidamente se revelou uma aliança intencional e mutuamente benéfica, com impactos profundos na política e na sociedade brasileira.

As igrejas neopentecostais, longe de serem meras coadjuvantes nesse processo, se tornaram protagonistas ativas. Não apenas contribuíram para a ascensão de Bolsonaro, mas integraram-se ao seu projeto político, configurando uma das principais bases de sustentação ideológica e eleitoral. A presença de evangélicos em cargos-chave, como ministérios e secretarias estratégicas, reforça a centralidade dessa aliança na governança bolsonarista. Mais do que apoio político, as igrejas ofereceram legitimidade simbólica e capital social, ampliando o alcance do projeto conservador para além das fronteiras religiosas.

A análise dos capítulos do trabalho destacou como o crescimento exponencial das igrejas neopentecostais, aliado ao discurso moralizante e antissistêmico de Jair Bolsonaro, construiu um arcabouço ideológico que transcendeu as barreiras confessionais. Elementos como a teologia da prosperidade e a defesa da família tradicional foram integrados ao discurso político, reforçando uma narrativa que dialogava diretamente com setores significativos da sociedade, especialmente em um contexto de insegurança social e crescente desigualdade. Esse processo permitiu que o

bolsonarismo se consolidasse como um movimento de massa, conectando religião e política em uma simbiose única.

Ao mesmo tempo, o discurso de Jair Bolsonaro incorporou narrativas de crise e polarização, como a ideia de um “Brasil ameaçado” por forças progressistas, comunistas e liberais no campo dos costumes. Essa retórica de confronto encontrou eco no discurso moralizante das igrejas neopentecostais, que frequentemente enfatizam a luta entre o bem e o mal como parte central de sua pregação. Desse modo, o bolsonarismo e o neopentecostalismo estabeleceram uma convergência simbólica que ampliou o alcance de suas respectivas agendas.

No campo econômico, o alinhamento com o neoliberalismo intensificou políticas de exclusão, muitas vezes justificadas por uma visão meritocrática que negligencia as desigualdades estruturais históricas do Brasil. Essa perspectiva foi reforçada por um discurso que polarizava a sociedade em termos maniqueístas, promovendo a deslegitimação de movimentos progressistas, de minorias sociais e de qualquer oposição ao projeto bolsonarista. O resultado foi a consolidação de um modelo de governança que beneficiava elites econômicas e religiosas, enquanto aprofundava às disparidades sociais e restringia a inclusão democrática.

A inserção dos valores conservadores e religiosos na esfera pública também levantou debates sobre a laicidade do Estado. O avanço do discurso religioso em espaços institucionais, legitimado pela aliança bolsonarista, colocou em xeque a separação entre religião e política, princípio fundamental do regime democrático brasileiro. Essa sobreposição não apenas favoreceu a implementação de políticas públicas alinhadas a interesses religiosos, mas também marginalizou grupos que defendem a pluralidade e a diversidade.

Embora alguns elementos dessa aproximação possam ser interpretados como espontâneos, o processo como um todo foi caracterizado por articulações planejadas e intencionais. As igrejas neopentecostais, ao mesmo tempo em que serviram como bases estruturais de apoio político, também se beneficiaram estrategicamente dessa relação, ampliando seu poder de influência no campo político-institucional. A análise detalhada dos discursos de Bolsonaro entre 2013 e 2018, cruzada com eventos políticos, declarações de lideranças religiosas e o contexto social da época, demonstra que o movimento neopentecostal não foi passivo nesse processo, mas atuou como um ator político estratégico.

Dessa forma, não é adequado afirmar que houve uma “apropriação” das igrejas neopentecostais pela direita bolsonarista, mas sim uma convergência estratégica que trouxe

benefícios mútuos. É fundamental ressaltar que essa relação não apenas transformou o panorama político, mas também gerou impactos duradouros no tecido social brasileiro. As tensões entre diferentes visões de mundo – progressista e conservadora – foram exacerbadas, alimentando divisões profundas que se manifestaram tanto em discursos de ódio quanto na perpetuação de desigualdades.

Esse contexto exige reflexões profundas sobre o futuro da democracia brasileira e as dinâmicas de poder no país. Este trabalho busca contribuir para essa compreensão, ao destacar os fatores que levaram à consolidação dessa aliança e os impactos que ela trouxe para a política e a sociedade. A necessidade de pesquisas futuras que analisem a relação entre religião e política, bem como seus efeitos na representatividade e inclusão social, torna-se evidente. Somente por meio de uma investigação contínua será possível entender plenamente as transformações em curso e seus desdobramentos para o futuro da democracia brasileira.

6. REFERÊNCIAS:

AVRITZER, L. Política e antipolítica nos dois anos do governo Bolsonaro. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (org.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 13-20.

ARANDAS, G. 33% concordam com governo de leis religiosas sem eleições, aponta pesquisa. Diário do Centro do Mundo, 2024. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/33-concordam-com-governo-de-leis-religiosas-sem-eleicoes-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 07 out. 2024.

ARANTES, P. Nova direita surgiu após junho, diz filósofo: Depoimento. Revista Folha de São Paulo. Entrevista concedida a Eleanora de Lucena. 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541085-nova-direita-surgiu-apos-junho-diz-filosofo.shtml>. Acesso em: 19 out. 2023.

ARAÚJO, V. Pentecostalismo e antipetismo nas eleições presidenciais brasileiras. Latin American Research Review, v. 57, n. 3, p. 517-535, 2022.

ALEXANDRE, R. E a verdade os libertará: reflexões sobre religião, política e bolsonarismo. 1. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2020.

ALONSO, A. Treze: a política de rua de Lula a Dilma. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ANDRÉS, R. A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

AGÊNCIA PÚBLICA. Mudança de estratégia nas candidaturas evangélicas ajudou o eleito Bolsonaro. IHU Online, 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/585662-mudanca-de-estrategia-nas-candidaturas-evangelicas-ajudou-a-eleger-bolsonaro>. Acesso em: 22 dez. 2024.

ABRANCHES, Sérgio. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Revista Brasileira de Política Internacional, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 1-12, 1988.

BROWN, W. Nas ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Santos, São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BOBBIO, N. Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995.

BBC NEWS BRASIL. Bolsonaro, kit gay e a guerra de versões sobre material escolar no Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829796>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CUNHA, Magali. O protagonismo evangélico no poder executivo. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/o-protagonismo-evangelico-no-poder-executivo/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CARVALHO, R. O que explica multiplicação de templos evangélicos no Brasil. BBC Brasil, 12 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo#:~:text=Em%202020%2C%20por%20exemplo%2C%20uma,segmento%20central%20na%20pol%C3%ADtica%20nacional>. Acesso em: 13 set. 2023.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. Projeto História, São Paulo, n. 47, p. 377-403, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155/14571>. Acesso em: 11 ago. 2024.

CASULLO, M. V. Populismo na América Latina: contextos, causas e consequências. Nova York: Routledge, 2021.

DE LUCA, M. A ascensão da política anti-sistema: entendendo o movimento bolsonarista no Brasil. Journal of Contemporary Politics, v. 27, n. 3, p. 145-160, 2021.

DELGADO, L.; FERREIRA, M. História do tempo presente e ensino de História. Revista História Hoje, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

FERREIRA, M. L. Evangélicos e Extrema Direita no Brasil: um projeto de poder. Revista Fim do Mundo, [S. l.], n. 1, p. 46–71, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistafimdomundo/article/view/169358>. Acesso em: 23 set. 2024.

GOULART DA SILVA, M.; RODRIGUES, T. C. M. O Populismo de Direita no Brasil: Neoliberalismo e Autoritarismo no Governo Bolsonaro. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098/32436>.

G1. PF conclui que Bolsonaro não interferiu politicamente na instituição. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/30/pf-conclui-que-bolsonaro-nao-interferiu-politicamente-na-instituicao.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2024.

INFOAMAZON. Bolsonaro cortou orçamento do Ibama, ICMBio e Inpe, órgãos-chave para combate ao desmatamento. Disponível em: <https://info.org/2022/10/25/bol-co-orcamento-do-ibama-icmbio-e-inpe-organizacoes-chave-pa-combate-ao-desmat>. Acesso em: 14 nov. 2024.

JAIR BOLSONARO. Mariana Godoy entrevista Jair Bolsonaro (06/07/2018). YouTube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Exemplo>. Acesso em: 09 nov. 2024.

JAIR BOLSONARO. O Brasil nas ruas pode mudar as coisas!. Youtube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VFr5E0zxKvA>. Acesso em: 02 nov. 2024.

JAIR BOLSONARO. Encontro com policiais e bombeiros de todo Brasil. YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HgZHwPXdxFU>). Acesso em: 08 nov.2024.

LEHER, R. Autonomia universitária e liberdade acadêmica. Revista Contemporânea de Educação, v. 14, n. 29, p. 208-226, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/23167>. Acesso em: 23 out. 2024.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. Como as democracias morrem. São Paulo: Zahar, 2018.

LOPES, I. M. M. Estado de direito e democracia: o sistema penal brasileiro em tempos de lavajatismo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/197773/TCC%20FINAL%20-%20IARA%20LOPES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 out. 2024.

LEMO, C. S. Teologia da prosperidade e sua expansão pelo mundo. Revista Eletrônica Espaço Teológico, v. 11, n. 20, p. 80-96, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/35992/24781>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MOURA, P.; BORGES, A. Consumo de mídia e polarização política: o caso do bolsonarismo no Brasil. Brazilian Political Science Review, v. 16, n. 1, p. 28-45, 2022.

MIGUEL, Luis. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEG, Esther S. (org.). O ódio como Política: A Reinvenção das Direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MONTEIRO, Lucas. A premência do transporte. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (org.). Junho: A rebelião fantasma de 2013. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARIANO, R. Ativismo político evangélico conservador e de direita: panorama recente. Heinrich Böll Stiftung, 13 jul. 2023. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2023/07/13/ativismo-politico-evangelico-conservador-e-de-direita-panorama-recente>. Acesso em: 14 out. 2023.

MEDEIROS, F. A nova história política. Revista de História, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p. 258-269, 2017.

MARIANO, R. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MACEDO, Edir. Plano de poder. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

NICOLAU, J. O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBRE, M. Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

NOGUEIRA, R.; NUNES, P. Política de identidade e a mobilização da direita: um estudo sobre o bolsonarismo. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 4, p. 23-41, 2020.

NUNES, Felipe; SILAME, Thiago Rodrigues. Contradições do presidencialismo de coalizão: uma leitura do primeiro biênio do governo Lula. 2006. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6233/2006_nunes_contradicoes_p_residencialismo_coalizao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 ago. 2024.

OLIVEIRA, D. A. Políticas conservadoras no Brasil: ameaças ao direito à educação e ataques à autonomia docente. *Revista Educación, Política y Sociedad*, v. 7, n. 22, p. 37-54, 2022. <https://doi.org/10.15366/rep2022.7.2.002>.

PINHO, José Antonio G. de (org.). Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia. Organização de José Antonio G. de Pinho. Com Ana Cláudia Farranha et al. Salvador: EDUFBA, 2016.

PEREIRA, E. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo. *Projeto História*, São Paulo, v. 76, p. 147-173, 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Brazil. Cham: Springer Nature, 2022. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=8-M_EAAQBAJ
Acesso em: 10 set. 2024.

RENNÓ, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, v. 36, p. 147-163, 2022.

ROUSSEFF, Dilma. Prólogo. In: In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (org.). Junho: A rebelião fantasma de 2013. São Paulo: Boitempo, 2023.

ROLNIK, R; ANDRÉS, R. Desculpe o transtorno, é sobre a caixa preta das cidades. In: **ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (org.).** Junho: A rebelião fantasma de 2013. São Paulo: Boitempo, 2023.

REMÒND, R. et al. Por uma História Política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, R. Extrema-direita avança com ódio aos direitos humanos, diz filósofo: Entrevista concedida a Roldão Arruda. Estadão, 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/roldao-arruda/extrema-direita-avanca-com-odio-aos-direitos-humanos-diz-filosofo/>. Acesso em: 01 out. 2023.

ROCHA, C. et al. Junho de 2013: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

RIBEIRO, Renato. Extrema-direita avança com ódio aos direitos humanos, diz filósofo: Entrevista concedida a Roldão Arruda. Estadão. 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/roldao-arruda/extrema-direita-avanca-com-odio-aos-direitos-humanos-diz-filosofo/>.

SOBRINHO, Jodeylson Islony de Lima; VEIGA, Gabriel. O desfinanciamento da Política de Assistência Social no (des)governo Bolsonaro. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 16., 2023, Vitória. Anais... Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2023. Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises. Disponível em: <https://ppgss.ufam.edu.br/ultimas-noticias/470-9-encontro-internacional-de-politica-social-e-o-16-encontro-nacional-de-politica-social.html>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SOUTO, Luisa Santiago Vieira. O movimento passe livre e as jornadas de junho: mobilidade e direito à cidade em pauta nas ruas. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2015.

SEIDL, Ernesto. Um capital militante em transformação? Tensões e ambiguidades na militância do movimento passe livre. Estud. sociol. Araraquara. v.26, n.50, p.175-209, jan.-jun. 2021.

SAFATLE, Vladimir. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. In: **ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (org.).** Junho: A rebelião fantasma de 2013. São Paulo: Boitempo, 2023.

SALES, L.; MARIANO, R. Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. Religião & Sociedade, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 9-27, 2019.

SOUSA, D.; SOUSA, J. Pontos de contato: as relações entre o discurso da extrema direita e a religiosidade evangélica no Brasil. Revista Movimentação, Dourados, MS, v. 7, n. 12, p. 9-21, 2020.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v. 14, p. 1-26, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14244/198271994533>. Acesso em: 23 out. 2024.

SINGER, A. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

UNIVERSAL. Palestra motivacional para o sucesso financeiro. Universal.org, 2024. Disponível em: <https://www.universal.org/agenda/post/palestra-motivacional-para-o-sucesso-financeiro/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

VIEIRA, O. V. A batalha dos poderes. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WIDFELDT, A. A fourth phase of the extreme right? Nordic immigration-critical parties in a comparative context. NORDEUROPA forum, v. 20, p. 7-31, 2010. Disponível em: <https://edoc.huberlin.de/bitstream/handle/18452/8689/widfeldt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 out. 2024.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Traduzido por Mário Moraes. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.